



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

ICMBio

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO
DA BIODIVERSIDADE

Lista de siglas e abreviações

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ADA	Área Diretamente Afetada
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ARP	Ata de Registro de Preços
ALA	Autorização para o Licenciamento Ambiental
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CCAF	Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal
ACADEBio	Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade
CSIC	Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CGU	Controladoria-Geral da União
COARR	Coordenação de Arrecadação do ICMBio
CGFIN	Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento Operacional e Orçamento
CGPRO	Coordenação Geral de Proteção
CR	Coordenação Regional
DAS	Direção e Assessoramento Superiores
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
DIPLAN	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
FBB	Fundação Banco do Brasil
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
iGovTI	Índice de Governança de Tecnologia da Informação
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
KFW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i> (Banco de Desenvolvimento da Alemanha)
MIF	Manejo Integrado do Fogo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
PRODES	Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Setélite
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Públicos
ONG	Organização Não Governamental
PARNA	Parque Nacional

PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PMFSCF	Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar
PDTI	Plano Diretor para o setor de Tecnologia da Informação
PAN	Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico
PMFS	Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário
PF	Polícia Federal
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PFE	Procuradoria Federal Especializada
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
Gespública	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GEF-Mar	Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
RVS	Refúgio da Vida Silvestre
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SARR	Sistema de Arrecadação
SISBio	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
DETER	Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
SGD	Sistema de Gerenciamento de Demandas
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SGDOC	Sistema Gerenciador de Documentos Físicos
SIASG/COMPRASNET	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIG-ICMBio	Sistema Integrado de Gestão
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Estratégica
TI	Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UAAF	Unidade Avançada de Administração e Finanças
UC	Unidade de Conservação
UGR	Unidade Gestora Responsável
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

Lista de figuras, gráficos e tabelas

Figura 1.	Giro do PDCA	36
Figura 2.	Oficinas SIGE.....	36
Figura 3.	Revisões do Planejamento Estratégico ICMBio.....	38
Gráfico 1.	Indicadores de resultado - Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética	17
Gráfico 2.	Indicadores de resultado - Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	20
Gráfico 3.	Indicadores de resultado - Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das Unidades de Conservação	23
Gráfico 4.	Indicadores de resultado - Envolver a sociedade na gestão das Unidades de Conservação e na conservação da biodiversidade.....	27
Gráfico 5.	Indicadores de resultado - Perspectiva Beneficiário	29
Gráfico 6.	Indicadores de resultado – Perspectiva Processos	31
Gráfico 7.	Indicadores de resultado – Perspectiva Aprendizado e Crescimento.....	33
Gráfico 8.	Multas Aplicadas (Julgamentos em 2ª Instância).....	41
Gráfico 9.	Principais Receitas Orçamentárias (Exercício 2015).....	47
Gráfico 10.	Principais Despesas Orçamentárias (Exercício 2015)	48
Gráfico 11.	Principais Receitas Originárias da Compensação Ambiental	49
Gráfico 12.	Principais Despesas da Compensação Ambiental	50
Tabela 1.	Multas Aplicadas (Julgamentos em 2ª Instância).....	41
Tabela 2.	Dados sobre ouvidoria ICMBio.....	45
Tabela 3.	Dados sobre Serviço de Informação ao Cidadão.....	45
Tabela 4.	Principais Receitas Orçamentárias (Exercícios 2014, 2015 e 2016)	47
Tabela 5.	Principais Despesas Orçamentárias (Exercícios 2014, 2015 e 2016).....	48
Tabela 6.	Principais Receitas Originárias da Compensação Ambiental	49
Tabela 7.	Principais Despesas da Compensação Ambiental	50

Sumário

1- Apresentação	6
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	7
2.1- Identificação da unidade	7
2.2- Finalidade e competências institucionais	9
2.3- Ambiente de atuação	10
3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional	16
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos.....	16
3.2- Informações sobre a gestão	29
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico	35
3.4- Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização	40
4- Governança	42
4.1- Descrição das Estruturas de governança	42
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	43
5- Relacionamento com a sociedade	45
5.1- Canais de acesso do cidadão.....	45
5.2- Carta de serviços ao cidadão.....	45
5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade	46
5.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários.....	46
6- Desempenho financeiro e informações contábeis	47
6.1- Desempenho financeiro do exercício.....	47
6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	51
6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	52
6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	53
7- Áreas especiais da gestão	54
7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade	54
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	55
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	55
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	55
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	65
9- Anexos e apêndices	66
9.1- Complemento da visão por coordenação regional	66

1- Apresentação

O presente Relatório de Gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, relativo ao exercício de 2015, foi elaborado de acordo com as disposições normativas do Tribunal de Contas da União – TCU (Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010; Decisão Normativa nº 146, de 30 de setembro de 2015; Decisão Normativa nº 147, de 11 de novembro de 2015; e orientações da Portaria nº 321, de 30 de novembro de 2015) e da Controladoria-Geral da União – CGU (Portaria nº 500, de 8 de março de 2015). Ainda, de acordo com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e no parágrafo 4º do artigo 2º da Portaria TCU nº 321/2015, este ICMBio aceitou proposta de customização do presente Relatório de Gestão, houve customização das partes do presente Relatório de Gestão, a qual foi acordada entre este Instituto e a área técnica competente do TCU e registrada em ata.

O Relatório foi confeccionado mediante consolidação das informações fornecidas pelas diversas áreas do Instituto. De acordo com os subitens selecionados para serem respondidos por esta autarquia, registra-se que:

- os subitens 6.5 e 6.6 não possuem conteúdo a ser declarado no exercício de referência;
- quanto ao subitem 6.4, não foi necessária a elaboração de notas explicativas; e
- não foi necessário incluir gráficos e tabelas complementares (item 9.2).

Os principais avanços observados por este Instituto estão compilados nos itens 3.1 e 3.2 do presente relatório. Cabe ressaltar que durante o ano de 2015 houve mudanças significativas na cúpula do órgão, envolvendo o presidente e duas das quatro diretorias, e que nos três últimos meses do exercício o ICMBio iniciou um processo de rediscussão da estrutura interna, o qual se estende até o presente. Tais fatos prejudicaram sobremaneira a internalização do planejamento estratégico 2015 – 2018 na casa e impediram a definição das metas de desempenho, as quais necessitam passar por uma rediscussão envolvendo a cúpula do órgão. Os itens 3.1 e 3.2 foram respondidos com base em metas validadas em outros instrumentos de planejamento e gestão, como o PPA 2012 – 2015 e em outras informações prestadas pelos setores. Espera-se que durante o ano de 2016, com a definição da estrutura do ICMBio e com situação econômica mais amena, seja possível dar continuidade à internalização do planejamento estratégico, através da rediscussão das metas e de seu desdobramento nas ações do órgão.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

ICMBio

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Poder e órgão de vinculação

Poder: Executivo

Órgão de vinculação: Ministério do Meio Ambiente

Código SIORG: 91842

Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

Natureza jurídica: Autarquia

CNPJ: 08.829.974/0001-94

Principal atividade: REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SERVIÇOS CULTURAIS E OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS

Código CNAE: 8412- 4/00

Código SIORG: 91842

Código LOA: 44207

Código SIAFI: 44207

Contatos

Telefones/fax: 61 2028 9247 / 61 2028 9260

Endereço postal: EQSW 103/104, bloco C, 2º andar – Complexo Administrativo Sudoeste, CEP: 70670– 350, Sudoeste, Brasília – DF

Endereço eletrônico: presidencia@icmbio.gov.br

Página na internet: www.icmbio.gov.br

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome	Código SIAFI	Nome
443032	ICMBIO UGE ORÇAMENTÁRIA	443033	ICMBIO EXECUÇÃO SEDE
443034	UAAF CABEDELO	443035	UAAF ATIBAIA
443036	UAAF TERESÓPOLIS	443038	UAAF GOIÂNIA
443043	UAAF AREMBEPE	443048	UAAF FOZ DO IGUAÇU
443054	UAAF MANAUS	443055	UAAF RIO DE JANEIRO
447156	GEF CERRADO	447157	KFW FLONA

Identificação dos administradores

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Presidente	ROBERTO RICARDO VIZENTIN	571.436.681-68	01/01 a 14/05/2015
Presidente	CLAUDIO CARRERA MARETTI	045.699.298-77	18/05 a 31/12/2015
Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação	SERGIO BRANT ROCHA	278.721.066-04	01/01 a 31/12/2015
Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação	JOAO ARNALDO NOVAES JUNIOR	882.167.994-20	01/01 a 28/04/2015
Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação	RENATO JOSE RIVABEN DE SALES	046.080.228-30	07/10 a 31/12/2015
Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade	MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA	394.981.744-15	01/01 a 31/12/2015
Diretor de Planejamento, Administração e Logística	ANNA FLAVIA DE SENNA FRAN	356.319.886-15	01/01 a 01/06/2015
Diretor de Planejamento, Administração e Logística	ROGÉRIO GUIMARÃES	443.955.310-91	15/10 a 31/12/2015

Substitutos			
Substituto - Presidente	MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA	394.981.744-15	01/01 a 31/12/2015
Substituto - Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação	LILIAN LETÍCIA MITIKO HANGAE	266.139.268-84	01/01 a 31/12/2015
Substituto - Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação	TATIANA REHDER	270.725.968-36	01/01 a 16/03/2015
Substituto - Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação	LEONARDO TORTORIELLO MESSIAS	500.569.800-00	14/05 a 31/12/2015
Substituto - Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade	FERNANDO DAL'AVA	162.509.826-04	01/01 a 31/12/2015
Substituto - Diretor de Planejamento, Administração e Logística	GUSTAVO COSTA RODRIGUES	914.495.371-20	01/01 a 18/05/2015
Substituto - Diretor de Planejamento, Administração e Logística	JOSE LOPES DE SOUSA	258.945.791-04	19/05 a 31/12/2015

2.2- Finalidade e competências institucionais

Missão	Visão de futuro	Valores
Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.	Ser reconhecido pela sociedade brasileira como referência na conservação da biodiversidade e na gestão de unidades de conservação.	Cordialidade, Impessoalidade, Compromisso com o resultado, Transparência, Ética, Cooperação, Criatividade, Profissionalismo, Determinação

Normas da UJ

Norma	Endereço para acesso
Constituição Federal, art. 225	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
Lei 11.516, de 28/08/2007	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm
Decreto 7.515, de 08/07/2011	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7515.htm
Outros documentos	Endereço para acesso
Mapa estratégico	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Mapa%20Estrategico%202015_2018%20versao%20FINAL%20Internet.pdf
Planejamento estratégico	http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/gestao-estrategica.html
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/avaliacao-de-desempenho-institucional.html
Organograma	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Organograma%20Estrutura%20ICMBio%20-%20atualizadoFEV2015.pdf
Macroprocessos finalísticos	http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/criacao-de-unidades-de-conservacao.html

2.3- Ambiente de atuação

2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vem desempenhando um papel primordial e indispensável na proteção das Unidades de Conservação, contribuindo assim para garantir a subsistência de nossos recursos naturais, base fundamental de nosso desenvolvimento sustentável. Nas últimas três décadas, o sistema federal de Unidades de Conservação foi ampliado em cerca de 369%, passando de 16 milhões de hectares protegidos, em 1985, para uma área superior a 76 milhões de hectares, correspondendo a cerca de 9% do território nacional terrestre, hoje gerenciados pelo ICMBio. Atualmente existem em nosso país 320 Unidades de Conservação federais, (constituídas por 71 Parques Nacionais, 65 Florestas Nacionais, 62 Reservas Extrativistas, 32 Áreas de Proteção Ambiental, 32 Estações Ecológicas, 30 Reservas Biológicas, 16 Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 7 Refúgios de Vida Silvestre, 3 Monumentos Naturais e 2 Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

Além das UC administradas pelo ICMBio, há 656 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) federais, criadas pelo Instituto.

O Instituto Chico Mendes também é responsável pelas avaliações do estado de conservação das espécies ameaçadas, particularmente da fauna (por meio dos Centros de Pesquisa e Conservação), inclusive subsidiando as políticas públicas do Governo Federal, além do apoio direto a dezenas de milhares de famílias extrativistas, da fiscalização contra o desmatamento e outras formas de degradação ambiental, do combate a incêndios e da autorização para licenciamento ambiental no âmbito das Unidades de Conservação federais.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi criado com o objetivo básico de promover maior eficiência e eficácia na implementação das ações relacionadas às políticas nacionais de conservação da natureza, de apoio às populações tradicionais extrativistas, de promoção do uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de Unidades de Conservação. Desde sua criação, há quase nove anos, o Instituto Chico Mendes tem impetrado todos os esforços possíveis (inclusive por meio de sua capacitação ou educação corporativa) e vem apresentando progressivos resultados positivos na melhoria na promoção da proteção das espécies ameaçadas e na gestão das Unidades de Conservação federais, distribuídas por todos os estados da federação, com um alto grau de complexidade de gestão, por meio de atividades de proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento, entre outras, que envolvem desde o combate armado à liderança de redes de cientistas e instituições de pesquisa, desde a promoção de atividades comerciais até o apoio à organização social de populações tradicionais, entre outras.

Isso apesar de haver nascido com estrutura, pessoal e orçamento sensivelmente inferiores às necessidades, conforme inclusive já apontado pelo próprio TCU.

2.3.2- Ambiente de atuação das Unidades Descentralizadas do ICMBio

Coordenações Regionais - CR

Descrição geral

Atualmente existem 11 coordenações regionais (CR), implantadas a partir de 2009, distribuídas por macro regiões e vinculadas diretamente à Presidência do ICMBio. De acordo com o Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, compete as CR: i) executar atividades administrativas e técnico-finalísticas em sua área geográfica de abrangência; ii) articular, integrar e coordenar as ações desenvolvidas das unidades de conservação federais e, quando autorizadas pela Direção, nas demais unidades descentralizadas; iii) apoiar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de programas, projetos e ações técnicas de competência do Instituto Chico Mendes.

Adversidades

Quando da criação das Coordenações Regionais os meios adequados para a sua implementação não foram contemplados no Decreto nº 6.100 que aprovou a estrutura regimental do ICMBio. Criadas no ano de 2007, o ICMBio iniciou o processo de estruturação somente no ano de 2009, com o aporte de um contingente mínimo de servidores, porém sem estrutura de cargos para o desenvolvimento de sua missão.

Riscos

Redução de recursos orçamentários implicando em baixa implementação das ações em sua área de atuação;
Redução de estruturas administrativas no âmbito da reforma proposta pelo governo federal.

Estratégia de enfrentamento

O ICMBio deve fortalecer essas instâncias de gestão como fonte de informações e conhecimento da base do Instituto para subsidiar os processos decisórios, com visão estratégica técnica e política do território de sua atuação. Para isso é necessário o aporte de mão-de-obra adequada e qualificada e de estruturação de áreas, objeto de suas ações finalísticas, tais como: Proteção, autorização para licenciamento ambiental e apoio técnico as UC, articulação institucional, dentre outras.

Mudanças ocorridas

No âmbito da reforma administrativa ora em execução pelo governo federal o ICMBio está propondo a redução de algumas estruturas administrativas, como as unidades de administração e finanças, de forma a permitir incorporar mais cargos em comissão nas coordenações regionais, bem como um incremento de servidores e colaboradores.

Centros de Pesquisa e Conservação - CPC

Descrição geral

São 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade vinculados à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO. São unidades descentralizadas que coordenam e executam atividades finalísticas, tais como a avaliação do risco de extinção de espécies ameaçadas da fauna, que serve para subsidiar as Listas Oficiais publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Essas unidades também são responsáveis pela coordenação, elaboração, monitoria, avaliação e implementação de Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN), que são a estratégia para reverter o quadro de risco de extinção das espécies ameaçadas. Ademais, executam atividades de elaboração de relatórios de orientações prévias ao licenciamento ambiental, visando à conservação das espécies ameaçadas. Participam da seleção de espécies indicadoras para a formulação de protocolos de monitoramento da biodiversidade, visando auferir o grau de efetividade das Unidades de Conservação no que tange à proteção da biodiversidade, incluindo o patrimônio espeleológico, e coordenam programas de monitoramento de espécies ameaçadas e de grupos específicos da fauna. Contribuem para o quadro de operadores do o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBio, responsáveis pela emissão de autorização para pesquisa em Unidades de Conservação e, como ação estratégica da DIBIO, orientam e recomendam condicionantes para a proteção de espécies ameaçadas de ocorrência nas áreas de influência de empreendimentos licenciados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e órgãos estaduais de meio ambiente. Executam atividades de pesquisa em cooperação com ampla rede de instituições de pesquisa e com as Unidades de Conservação, em sua maioria aplicadas à conservação de espécies ameaçadas de extinção e ao manejo da biodiversidade dentro e fora de Unidades de Conservação.

Adversidades

Os maiores desafios para a execução das atividades afetas aos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação se referem a dois pontos: carência de pessoal e de recursos financeiros. Os poucos analistas lotados nessas unidades, muitas vezes sem o treinamento necessário para exercerem as suas tarefas, impactam a execução das diversas atribuições dos Centros com a eficácia desejada. Dado o amplo espectro de suas demandas existe a necessidade de capacitação e atualização continuadas de servidores. Outro problema é a falta e a descontinuidade de remessa de recursos orçamentários, tanto para a estruturação dos Centros (equipamentos, obras e instalações) como para a execução de atividades finalísticas, como acima mencionadas.

Riscos

A falta de recursos humanos e de materiais pode culminar numa baixa efetividade de ações para a conservação da biodiversidade, especialmente no que tange à conservação das espécies ameaçadas de extinção, pois serão comprometidas e descontinuadas as atividades finalísticas descritas, necessárias para o alcance das metas institucionais. Mesmo com o apoio de recursos extraorçamentários, alerta-se que o horizonte temporal definido para a disponibilização destes recursos é longo, o que pode provocar descontinuidade e até paralisação de muitas atividades estratégicas.

Estratégia de enfrentamento

Para estruturar e apoiar as atividades finalísticas de responsabilidade dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação são empregadas estratégias para o incremento do quantitativo de pessoal, por meio da contratação de terceirizados e de bolsistas, e da execução de recursos extraorçamentários oriundos de projetos internacionais e da compensação ambiental.

Mudanças ocorridas

Durante o ano de 2015 foram consolidadas as seguintes estratégias, subsídios para as atividades finalísticas do Instituto: discussão com diferentes setores para checagem da lista de espécies ameaçadas marinhas e de águas continentais, para reconsiderar a vigência da Portaria Ministerial nº 445/2014, que estabelece a lista de espécies aquáticas ameaçadas de extinção e suas categorias de risco. Também em 2015 foram aprovados, em portaria, três Planos de ação: Tubarões, Manguezais e Herpetofauna do Sudeste. Foram monitorados 21 planos e elaborado um plano de ação estratégica referente ao impacto da infraestrutura viária para espécies ameaçadas de extinção e outras – PAN estradas. Além disso, foram produzidos dois relatórios de orientações prévias ao licenciamento ambiental para cinco espécies de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção e para espécies ameaçadas por aeródromos. A relação de cooperação entre Centros e unidades de conservação está sendo evidenciada – por exemplo, está em elaboração o Programa Integrado de Monitoramento da Biodiversidade Marinha, coordenado pelos Centros, com recursos do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF-Mar, contemplando iniciativas vinculadas à conservação de espécies ameaçadas, à gestão de Unidades de Conservação e ao licenciamento ambiental. O Portal da Biodiversidade, lançado em novembro de 2015, disponibiliza à sociedade dados hospedados no SISBio bem como nos vários bancos sob a responsabilidade dos Centros. O Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade mobilizou a expertise e força de trabalho de todos os Centros em uma agenda integrada às unidades de conservação, refletindo-se na execução de recursos financeiros para o cumprimento de atividades finalísticas, no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, com a elaboração de proposta de cooperação para o biênio 2016/2017.

Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBio

Descrição geral

A ACADEBio é um componente da estratégia criada pelo ICMBio para propiciar formação e capacitação continuada ao quadro de servidores. Além disso, é um local adequado para execução de outros eventos de longa e curta duração, tanto para o instituto como para parceiros, possibilitando qualidade e baixo custo.

A unidade tem como missão “promover a construção e difusão de conhecimentos para a conservação da biodiversidade por meio de processos educacionais”, e como visão de futuro “ser referência nacional, com reconhecimento internacional, em capacitação para conservação da sociobiodiversidade”.

A ACADEBio completou seis anos de existência em setembro de 2015 e neste período se tornou destaque como uma medida inovadora e de boa prática de gestão. Em 2015 foram executados 42 eventos envolvendo um total de 2.478 participantes em 33 eventos do ICMBio e 9 eventos de outras instituições. Entre 2009 e 2015 foram executados 342 eventos, totalizando cerca de 13.000 participantes além do apoio a uma série de outros realizados em outras unidades do ICMBio. Entre os eventos realizados na unidade nesses anos se destacam 191 cursos previstos nos Planos Anuais de Capacitação do ICMBio e outros 151 eventos, tais como oficinas de planejamento de cursos, reuniões institucionais, oficinas para a elaboração de Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico e para a avaliação do estado de conservação de espécies ameaçadas, bem como eventos de outras instituições.

Para atender sua missão a ACADEBio conta com ampla estrutura física que é dividida em dois grandes blocos: o bloco Administrativo/Pedagógico, espaço destinado às atividades administrativas, logísticas e pedagógicas, onde ocorrem o planejamento e execução dos cursos e demais eventos. Neste bloco localizam-se as salas de aula e de reuniões, os escritórios, o auditório e demais espaços para as atividades educacionais, além de um espaço para lazer e realização de atividades físicas; e o Bloco do Alojamento, espaço destinado aos serviços de recepção, hospedagem, alimentação e lavanderia.

Adversidades

No primeiro semestre, uma adversidade foi o encerramento de dois contratos de prestação de serviços que atendem a unidade, alimentação e traslados, sendo que o primeiro causou o adiamento ou transferência de local de seis eventos agendados. Devido o mesmo problema alguns eventos deixaram de ser agendados e deixaram de ser realizados no exercício 2015. Estes serviços foram restabelecidos ao longo do ano e estão em vigência até o momento.

No entanto, a principal adversidade enfrentada em 2015 foi o corte de recursos no segundo semestre, o que condicionou o cancelamento de seis eventos e o adiamento do agendamento de alguns outros.

Riscos

Descontinuidade ou redução das atividades da unidade pela falta de recursos orçamentários do ICMBio e seus efeitos em cadeia como a não renovação de contratos por decisão unilateral dos prestadores de serviço, nestes casos, potencializados ainda por atrasos no pagamento de contratos. Redução no número de eventos externos do apoio por projetos que financiam ações de capacitação, devido à crise econômica.

Estratégia de enfrentamento

A estratégia de enfrentamento aborda duas principais estratégias:

1ª estratégia – Fortalecer e priorizar ações como: (i) Ampliação da ação como Escola de Governo para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Sistema Nacional de Meio Ambiente e para a implementação da Convenção da Biodiversidade no Brasil, principalmente quanto ao número de participantes de outras instituições e na grade de cursos oferecidos; (ii) Ampliação do número de eventos realizados por outras instituições (eventos externos); (iii) Abertura da unidade para exploração comercial via concessão de serviços; (iv) Aproximação com os Projetos Especiais no âmbito do ICMBio de maneira a potencializar a aplicação de recursos financeiros na unidade, assim como a execução de eventos financiados por estes projetos. 2ª estratégia – Melhoria da gestão dos contratos e dos serviços prestados e das condições contratuais de maneira a identificar e promover alterações que reduzam custos, mas não comprometam a qualidade.

Mudanças ocorridas

Entre as mudanças ocorridas em 2015 destacam-se: elaboração e encaminhamento de Termo de Referência para contratação de Estudo de Viabilidade Econômica para exploração comercial; alteração no contrato de alimentação com redução nos valores das refeições e redução do contrato de veículos com motoristas. Neste ano avançamos também na prospecção de parcerias institucionais. Destaca-se ainda a decisão de incorporação da Coordenação de Educação Corporativa à ACADEBio, centralizando as ações de capacitação da instituição. Essa mudança é uma estratégia de fortalecimento da ACADEBio como Escola de Governo e otimização da estrutura e serviços de capacitação do ICMBio.

Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAAF

Descrição geral

Possuindo as atribuições *de* executar, no seu âmbito de atuação, as atividades de suporte administrativo, orçamentário, financeiro e operacional para as UC, Centros de Pesquisa e CR, obedecendo as orientações emanadas da sede do Instituto Chico Mendes, a natureza jurídica das Unidades Avançadas de Administração e Finanças – UAAF surgiu com a edição do Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011. A finalidade da constituição dessa estrutura administrativa descentralizada teve como objetivo buscar a agilidade na solução de contratações de serviços de abrangência local e regional, especialmente otimizar os processos, bem como repensar o papel das estruturas existentes no IBAMA, quando essas estruturas faziam parte de uma só entidade pública. A experiência com a concentração da atuação logística nas superintendências era vista de forma negativa e ineficiente e com as estruturas e pessoal existentes em algumas unidades descentralizadas objetivava-se utilizar desse capital humano e das experiências de rotinas acumuladas ao longo do tempo para garantir uma ampliação da capacidade operativa da DIPLAN.

Adversidades

A experiência não se revelou a mais adequada. O primeiro ponto que foi prejudicial para mensurar a eficácia da medida foi a distribuição espacial das UAAF. Por serem estruturas organizadas sob a antiga distribuição do IBAMA, percebeu-se uma concentração muito acentuada no eixo nordeste-sudeste, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nos primeiros anos, cada um desses estados possuía 3 unidades gestoras-executoras. Na região Nordeste, duas unidades gestoras executoras. Na região centro-oeste e na região sul, uma unidade gestora. Na região Norte, embora tenham havido ensaios para implementar uma unidade gestora em Manaus, essa não foi bem sucedida em se consolidar na região.

Posteriormente, foi realizada uma tentativa de especializar as UAAF, de modo a mitigar a sobreposição espacial de algumas delas e possibilitar experiências positivas na atuação de logística para as unidades descentralizadas do ICMBio. Duas unidades passaram a atuar de maneira piloto: em obras, serviços de engenharia, logística nacional e infraestrutura, a UAAF da III Região, em Teresópolis/RJ. Para compensação ambiental, a UAAF em Goiânia. A Implementação das áreas temáticas de especialização passou a apresentar resultados mais positivos e resolveu problemas de superposição. Entretanto, a carência de procedimentos mapeados na entidade pública ainda é responsável por uma parcela de retrabalho dessas unidades, especialmente para o trato dos fluxogramas de procedimentos. Ainda assim, há resultados significativos e bons indicadores da escolha de áreas especializadas descentralizadas que garantam o andamento e gestão de demandas para o ICMBio.

Riscos

A pulverização das atividades administrativas elevou para média a moderada a probabilidade de ocorrência de riscos operacionais. Os principais riscos detectados foram: a fraude externa, decorrentes de ações de má-fé praticadas por terceiros, por meio de adulteração, falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar ilegitimamente de valores pertencentes ao ICMBio, ou sob a sua responsabilidade, ou ainda obter vantagem junto a Administração Pública; as práticas trabalhistas e de segurança no ambiente de trabalho, decorrentes de atos inconsistentes com contratos ou leis trabalhistas, de saúde ou segurança, do pagamento de reclamações trabalhistas; os fornecedores e as práticas comerciais, eventos advindos de falha não-intencional no cumprimento de uma obrigação contratual para com fornecedores; a ruptura nos negócios e as falhas no sistema, eventos decorrentes de falhas no processamento de dados, no desenvolvimento ou na implantação de aplicativos, na rede de telecomunicações e ainda, problemas decorrentes de hardware ou software corporativos; a administração de execução, entrega e processo de trabalho, eventos decorrentes de administração de processo, de relações com contrapartes comerciais e com fornecedores.

Estratégia de enfrentamento

Para 2016, a avaliação da permanência dessas estruturas descentralizadas é o principal foco para a melhoria das demandas do órgão. Aliado a isso, a concentração de negócios em âmbito central, buscando a economia de escala, com a determinação clara da licitude dos objetos e, principalmente, do mapeamento e normatização desses negócios a serem firmados, serão a tônica para o enfrentamento sobre os pontos de maior pressão nas despesas do ICMBio. Aliado a isso, a extinção de custos paradigmáticos e a realização de licitações globais, inclusive de busca para uma nova sede para o ICMBio, tem o condão de buscar a higidez orçamentário-financeira que a entidade pública necessita e que a lei demanda. Igualmente, a redistribuição e otimização de áreas da própria DIPLAN, a fim de absorver a estrutura das UAAF em seu seio e, concomitantemente, destinando estruturas focadas exclusivamente para fiscalização e supervisão de contratos junto às Coordenações Regionais são medidas que, aliadas à melhoria das estruturas especializadas descentralizadas, buscarão garantir melhores resultados de logística e ganhos econômicos com otimização e redução de gastos.

Mudanças ocorridas

Os indicadores de estimativa de custos nas licitações nacionais já exprimem resultados que poderão chegar a 50% de redução de despesas, bem como retirar os riscos decorrentes de ações judiciais. Além disso, espera-se também que a otimização e integração de contratos segundo a vocação de cada estrutura descentralizada finalística possa produzir uma força de trabalho com uma métrica e resultados mais eficientes e eficazes na política pública ambiental brasileira.

A mensuração efetiva desses resultados deverá apresentar seus melhores expoentes no segundo quartil do exercício de 2016, ocasião em que já se espera que estejam implementados em sua maioria.

3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

Para cada objetivo estratégico elaborar uma descrição, análise e conclusão, na perspectiva dos resultados e das formas de atuação:

3.1.1- Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética

i. Descrição

Descrição geral

Tanto as finalidades elencadas no artigo 1º da Lei 11.516/2007 quanto os objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dispostos no artigo 4º da Lei 9.985/2000, foram elaborados com a finalidade última de contribuir para a concretização do artigo 225, em especial o §1º, III e VII da Constituição Federal:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade."

Dentro dessa perspectiva, pode-se considerar que a finalidade última do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é contribuir para a manutenção da diversidade biológica nacional, entendida como fundamental para manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Tal diversidade é considerada em três níveis: genética, de espécies e de ecossistemas.

Responsável	DIMAN
	DIBIO
	DISAT

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Foram realizadas análises iniciais que identificaram as espécies mais suscetíveis à perda de habitat devido a empreendimentos atuais e planejados. Deste modo, é possível identificar também quem são e onde estão os empreendimentos com maior potencial de impacto sobre as espécies ameaçadas. Foram estabelecidos critérios e metodologias para identificar Unidades de Conservação com elevada importância biológica e, simultaneamente, bastante pressionadas por atividades antrópicas. Assim, em um primeiro trabalho realizado para o bioma Amazônia, constatou-se que as áreas protegidas do Pará são as que mais precisam de urgência em sua implementação.

Foram realizadas 24 oficinas de monitoria, contemplando 24 PAN. Cerca de 70% das ações previstas estão em andamento ou concluídas. Houve uma melhoria no desempenho das ações estratégicas constantes nos PAN quando comparado aos exercícios de 2013 e 2014: cerca de 60% das ações estão em andamento e mais de 10% foram finalizadas (o horizonte temporal dos planos, em média, é de cinco anos). Esta melhoria se deve à experiência adquirida pelos centros e os respectivos Grupos de

Assessoramento Técnico dos PAN que passaram, cada vez mais, a incluir ações focadas numa abordagem de caráter estratégico para a conservação das espécies.

Foram elaborados 3 relatórios de áreas sensíveis às atividades impactantes focadas nas espécies ameaçadas de extinção atingidas. Permitem aos licenciadores uma análise mais célere e minuciosa da severidade do impacto, e aos empreendedores orientam as operações para áreas consideradas de menor impacto ambiental.

Através do sistema DETER, foram enviados alertas de desmatamento para 24 UC no bioma Amazônia, auxiliando as programações de fiscalização. O PRODES preliminar registrou uma área desmatada de 19.609,71 ha em 49 UC federal no bioma Amazônia.

O planejamento de enfrentamento dos incêndios florestais entre 2010 e 2015, com melhorias na capacitação e na relação com as comunidades, aquisição de equipamentos, e início da implementação de ações de Manejo Integrado do Fogo – MIF, incluindo algumas queimas prescritas ainda que experimentais, resultou na redução da área atingida por incêndios nas UC.

Quatro atividades de fiscalização ocorrem de forma permanente e são consideradas prioritárias para execução pelo Instituto Chico Mendes: UC na área de influência da BR-163, Reservas Biológicas do Gurupi e do Abufari e Floresta Nacional do Bom Futuro.

ii.b- *Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.*

Houve aumento das espécies de fauna ameaçadas em 2014. Essa informação deve ser utilizada para reorientar as ações do ICMBio, como elaboração de PAN e de propostas de criação de UC.

Quanto aos incêndios florestais, a meta pretendida não foi atingida, em parte devido a questões climáticas, que agravam consideravelmente o problema – vale ressaltar que a meta era a mesma para os anos climaticamente favoráveis, uma vez que não é possível prever tais condições no momento em que se estabelece a meta.

ii.c- *Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.*

Gráfico 1. Indicadores de resultado - Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética

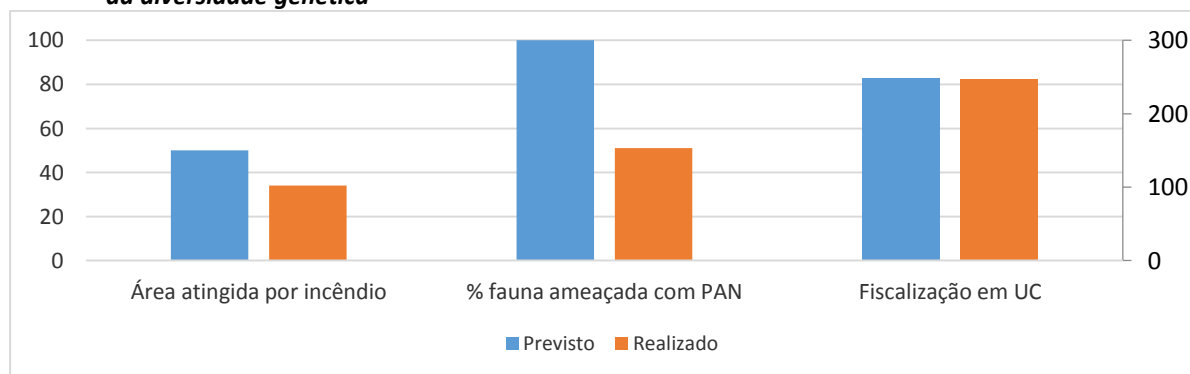


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Reduzir percentual da área atingida por incêndios em Unidades de Conservação federais	50%	16%	50%	34%	30%
b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com PAN	100%	66%	100%	51%	100%
c) Implementar ações de fiscalização em UC federais	248	61	248	249	248
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

a) Em 2015 a área atingida por incêndios nas Unidades Federais foi de 1,18 milhão de hectares. A ocorrência de incêndios florestais tem relação intrínseca com fenômenos climáticos que afetam os regimes de chuvas, como por exemplo, El Niño e La Niña. No ano de 2015 houve estiagem acentuada agravada pela ocorrência do fenômeno El Niño mais forte já registrado na história.

b) Em 2015, com a publicação de novas portarias, houve aumento das espécies da fauna consideradas ameaçadas, o que provocou redução na porcentagem alcançada. Vale ressaltar que houve mudança metodológica, com aumento do número de espécies avaliadas, e por isso esse número não é comparável com o dado anterior. Em números absolutos, em 2014 mais 109 espécies foram contempladas com PAN, totalizando 415. Em 2015 foram contempladas mais 186 espécies, totalizando 601.

c) Das 1020 ações de fiscalização inicialmente planejadas para o ano de 2015, 159 foram reprovadas pelas Coordenações Regionais, 295 foram canceladas por motivos diversos, 75 foram adiadas, 224 não foram analisadas e 267 foram executadas. Considerando as operações de fiscalização prioritárias do Ministério do Meio Ambiente - MMA, focadas na diminuição do desmatamento da Amazônia, em especial no Mosaico de 16 UC Federais ao longo da BR-163, foram realizadas atividades permanentes de fiscalização ao longo de 2015, onde foram realizadas operações integradas entre ICMBio, IBAMA, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Batalhão de Polícia Ambiental do Pará e Polícias Militares do Maranhão e Amazonas.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20MY	20.000.000	2.591.872,54	13.933.383	2.537.335,45	45		85		UC protegida
20WN/0002	18.400.000	4.375.907,49	13.744.372	2.471.635,64	35		44		Espécie beneficiada
20WO	6.000.000	1.082.210,55	3.234.327	827.993,65	100		278		Operação de fiscalização realizada

ii.e- Principais desafios para 2016.

Aprimorar os mecanismos de análise de vulnerabilidade e de monitoria dos PAN. Adequar as ações do Instituto, em especial as de proteção, num cenário de aumento da pressão sobre as UC juntamente a redução de recursos para proteção.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

A avaliação deste objetivo estratégico ficou prejudicada. O aumento do número de espécies da fauna ameaçadas de extinção ocorreu devido à mudança metodológica destacada acima, e por isso não é possível afirmar que houve uma piora na situação. Certamente houve melhora na qualidade dos dados, o que torna mais complexas as estratégias para conservação, num momento de escassez de recursos.

As estratégias de proteção foram prejudicadas também por questões climáticas desfavoráveis. Tais condições tendem a se equilibrar em médio prazo, alternância de anos bons e ruins para a prevenção e combate a incêndios em Unidades de Conservação.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

- Iniciar novo ciclo de avaliação do risco de extinção das espécies da fauna brasileira, cujos resultados permitirão identificar tendências no estado de conservação dos diferentes grupos da fauna brasileira.
- Inclusão das mudanças climáticas nas análises de vulnerabilidade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
- Implementar a Matriz de Monitoria dos PAN, um diagnóstico amplo de todas as ações em andamento nos planos.

3.1.2- Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

i. Descrição

Descrição geral

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação tem como executores, além do ICMBio, os órgãos ambientais estaduais e municipais, todos coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente. Este Instituto reconhece que possui papel protagonista para contribuir para o fortalecimento de todo o sistema. Isso pode ser feito tanto através de apoio aos estados e municípios com estudos, capacitações, guias metodológicos ou outros tipos de orientação, quanto pela implementação das Unidades de Conservação federais, de modo que estas cumpram seus objetivos de criação.

Responsável	DIMAN
	DISAT

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Foram emitidas 49 certidões de habilitação para Compensação de Reserva Legal, que totalizaram 127.847 hectares a serem doados ao ICMBio por meio do mecanismo da compensação de reserva legal. No âmbito deste instrumento, foram doados 2.010 hectares, distribuídos por 6 PARNA.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

A regularização fundiária em Unidades de Conservação ocorreu em velocidade aquém do esperado, em especial devido a complicações burocráticas e judiciais. Outras atividades de estruturação de Unidades de Conservação, como a elaboração de Planos de Manejo e criação de conselhos gestores tiveram andamento melhor, contribuindo para aprimorar a efetiva implementação das UC federais.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráfico 2. Indicadores de resultado - Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

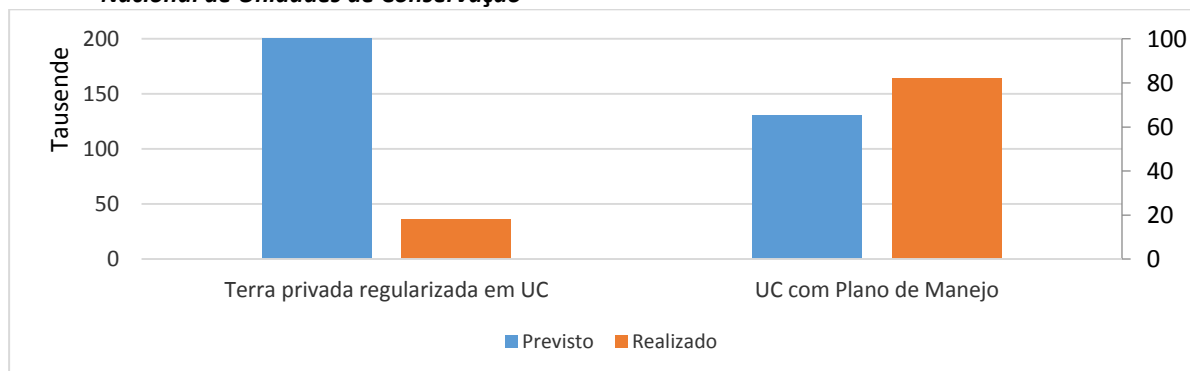


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Hectares de terras privadas no interior de UC regularizadas	200.000	31.090,77	200.000	35.634,65	1,7 mi
b) UC com Plano de Manejo publicado	65	65	65	82	170
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

a) Em 2015 foram desapropriados terras distribuídas nos Parques Nacionais da Serra Geral, de Itatiaia, da Serra do Itajaí, da Serra da Bodoquena, da Chapada Diamantina e das Araucárias, Reservas Biológicas de Pedra Talhada, da Mata Escura e de Una, Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins e na Reserva Extrativista do Ciriaco, perfazendo R\$ 4.149.920,95 em indenizações. A meta para 2016 foi revista em seu escopo, incluindo outras formas de regularização antes não consideradas. A meta de 1,7 milhões de hectares é compatível com o novo PPA 2016 – 2019.

b) Em 2015 foram publicados 17 planos de manejo, sendo 6 de UC de domínio público e 11 de unidades de conservação de domínio privado (APA e RPPN). Atualmente, dentre as categorias de UC cuja gestão está sob responsabilidade do ICMBio (excluindo-se RPPN), 157 (49%) possuem Plano de Manejo, 81 (25%) estão com o instrumento em elaboração e 82 (26%) não o possuem. A meta para 2016 foi alterada de acordo com o novo PPA, que inclui todas as UC com Plano de Manejo. Isso significa que a meta para 2016 é a publicação de mais 13 Planos de Manejo (comparado com o global de 2015, ou seja, 157).

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
6381/0001	4.450.000	3.251.752,80	285.624	2.084.897,84	10		30		UC atendida
20WM/0003	35.203.600	14.446.670,02	26.060.962	9.473.616,59	48		32		Projeto apoiado

ii.e- Principais desafios para 2016.

A regularização fundiária é um desafio constante deste Instituto, tanto pelo grande passivo quanto pela extrema complexidade de sua resolução. Pretende-se avançar em nível compatível com a meta apontada no PPA.

Os demais instrumentos de gestão também contêm suas dificuldades. Investe-se de grande desafio manter um avanço consistente em situação de redução de recursos.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados foram aquém do esperado no que tange a regularização fundiária. A aquisição de terras privadas está sujeita a entraves que fogem da governabilidade deste Instituto, como a judicialização dos processos, o que tende a atrasar em demasia sua consecução.

Os demais instrumentos de gestão tiveram um avanço compatível com o que era esperado, ainda que em alguns casos, como a criação de conselhos gestores, a execução tenha ocorrido abaixo da meta.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

No que tange à regularização fundiária, é preciso continuar buscando novas estratégias para aumentar sua efetividade. A meta incluída no PPA 2016 – 2019 está mais adequada ao que efetivamente é realizado, ao incluir outros mecanismos diferentes da regularização de terras privadas no interior das unidades, como consta no PPA 2012 – 2015.

3.1.3- Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das Unidades de Conservação

i. Descrição

Descrição geral

Ao promover maior compreensão e aproveitamento do potencial econômico das Unidades de Conservação, pretende-se aumentar a conscientização da população quanto aos benefícios advindos da conservação, aumentando assim o interesse tanto pela manutenção e criação de novas áreas protegidas quanto pela conservação ambiental em sentido amplo, o que tende a gerar pressões conservacionistas nas diversas áreas de atuação pública e privada. Ademais, o maior aproveitamento econômico tende a aumentar a arrecadação do setor público federal, redundando em maior possibilidade de gerar serviços e políticas públicas à sociedade brasileira.

Responsável	DIMAN
	DISAT
	DIBIO

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Foram lançadas diversas chamadas públicas junto a órgãos parceiros, como Incra, MDA e SFB com vistas a oferecer Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para famílias associadas a Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Junto a parceiros tais como BNDES, FBB e USAID foram implementadas iniciativas para promoção do uso sustentável de recursos florestais em UC.

Foram realizadas ações de capacitação e aprimoramento das estruturas de visitação em Unidades de Conservação piloto, onde experiências de excelência em gestão da visitação são discutidas, implementadas e avaliadas, podendo ser adaptadas em UC com desafios de gestão semelhantes.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Dentre os principais indicadores afetos a este tema, percebe-se razoável sucesso na implementação dos mecanismos propostos para aproveitamento do potencial econômico das Unidades de Conservação, apesar das restrições orçamentárias. Avanços importantes também foram alcançados em processos internos, os quais ainda não impactaram nas metas mas devem gerar informações relevantes para as futuras ações do Instituto.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráfico 3. Indicadores de resultado - Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das Unidades de Conservação

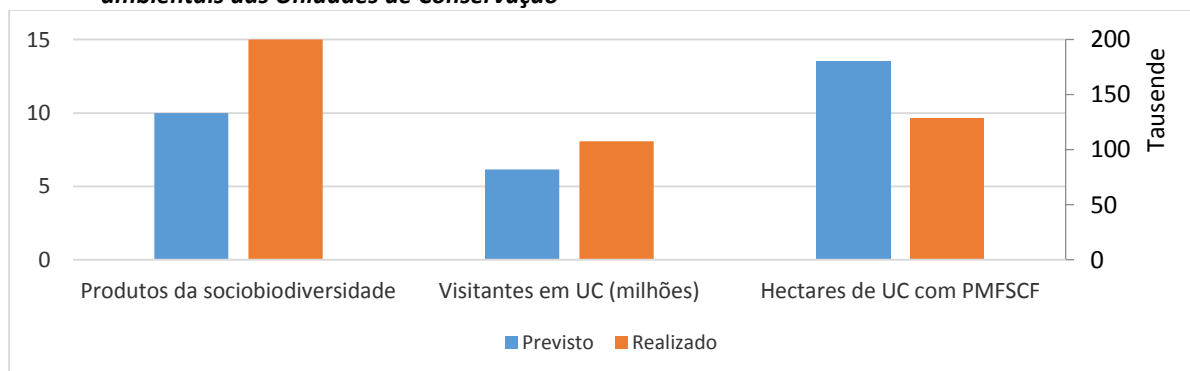


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Estabelecer manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade em UC federais de Uso Sustentável	10	10	10	15	15
b) Visitantes registrados em UC (em milhões)	6,15	7,30	6,15	8,07	7,10
c) Hectares de UC de Uso Sustentável com Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar	180.000	44.193	180.000	128.987,53	180.000
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

a) Nas Reserva Estrativista (Resex), Florestas Nacionais (Flonas) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) federais estão em execução atividades de manejo e produção sustentável dos produtos da sociobiodiversidade, visando a oferta de produtos extrativistas e geração de renda, a saber: 1. Castanha do Brasil (Flona Saracá-Taquera, Resex Rio Ituxi, Resex Cazumbá-Iracema, Resex Cajari); 2. Jaborandi (Flona Carajas); 3. Copaíba (Flona Macauã e Flona Crepori); 4. Açaí (Resex Lago do Cuniã, Resex Rio Ouro Preto, Resex Médio Juruá, Resex Gurupá melgaço, Resex Quilombo do Frexal, Resex Rio Cajari, Flona Amapá e comunidades do entorno da Flona Trairão, Flona Itaituba I e Flona Itaituba II); 5. Andiroba (Resex Médio Juruá); 6. Buriti (Resex Chapada Limpa); 7. Cacau Nativo (Resex Arapixi e Resex Médio Purus). 8. Seringa (Resex Cazumbá-Iracema, Resex Riozinho do Anfrísio, Resex do Rio Iri, Resex do Rio Xingu, Flona Tapajós e Resex Tapajós Arapiuns). 9. Babaçu (Resex Chapada Limpa, Resex Ciriaco e Resex Extremo Norte do Tocantins). 10. Mel de abelha nativa (Flona Crepori); 11. Jacaré (Resex Lago do Cuniã); 12. Madeira (Resex Tapajós-Arapiuns, Flona Tapajós); 13. Pirarucu (Resex Ituxi, Resex Médio Juruá); 14. Murumuru (Resex Médio Juruá); 15. Agricultura Orgânica Familiar (Resex Lago do Cedro). Atualmente o manejo sustentável abarca 15 produtos da sociobiodiversidade em 26 Unidades de Conservação federais.

b) Em 2014, ano de Copa do Mundo, foram registrados 7.305.178 visitantes em 54 unidades de conservação federal, representando um incremento de 13,93% em relação ao ano anterior (6.411.870 visitantes em 2013). Em 2015, esse número teve um aumento de 10,43%, totalizando 8.067.017 visitantes registrados em 64 unidades de conservação. Destaca-se o crescimento da visitação em algumas unidades, como o Parque Nacional do Iguaçu (PR), que recebeu 1.642.093 visitantes em 2015, representando um crescimento de 5,9% em relação a 2014. Outros que tiveram aumento significativo da visitação foram o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) com 44%, o Parque Nacional de Ilha Grande (PR/MS) com 30%, o Parque Nacional de Brasília (DF) com crescimento de 29% e o Parque Nacional de Caparaó (MG) com 26%.

c) Atualmente, 10 Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar estão autorizados e em execução em Resex e Flona federais sendo: 1 PMFSCF na Flona Tapajós com área autorizada e sob Contrato de Concessão Real de Uso de 18.785 ha; 6 PMFSCF na Resex Verde para Sempre com área 59.373 ha; 1 PMFSCF na Resex Chico Mendes com área de 4.233 ha; 1 PMFSCF na Flona Purus com área de 1.000 ha e 1 PMFSCF na Resex Ituxi com área de 1.403,53 há. Total de área manejada de 128.987,53 ha. Outras Unidades de Conservação na Amazônia têm realizado discussões interinstitucionais e com comunidades extrativistas no sentido de promover a atividade naquelas localidades onde há demanda e potencial para isso.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20WM/0006	381.760	21.712,81	134.607	17.415,40	12.000		12.000		Família atendida
20WM/0001	668.081	24.731,36	170.996	16.017,20	6		3		Unidade estruturada

20WM/0001: Fatores que contribuíram para o não cumprimento da meta identificamos: baixa capacidade institucional na análise e contratação dos projetos; morosidade nas descentralizações de recursos; baixa capacidade de execução dos recursos de compensação ambiental; ausência de descentralização dos recursos financeiros previstos no Termo de Cooperação firmado entre o ICMBio e o Ministério do Turismo), destinados à viabilizar a melhoria nas infraestruturas dos Parques contemplados na parceria. Havia também a expectativa da consolidação da Parceria Público-Privada, cuja finalidade era a estruturação de algumas unidades e a realização de estudos específicos para a delegação de serviços. Embora tenha sido finalizada a etapa de diagnóstico das UC contempladas e modelagem da PPP, houve atraso na finalização dos procedimentos e consultas necessários para efetivação da parceria.

ii.e- Principais desafios para 2016.

A complexidade social, econômica, institucional e ambiental que envolve o manejo florestal exige um processo cuidadoso e de média e longa duração para que se criem condições para que o manejo seja implementado em bases sustentáveis.

É preciso ampliar a estruturação das UC para visitação, de modo a aumentar não apenas a arrecadação, mas também o envolvimento da população com essas áreas protegidas.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Apesar de nem todas as metas terem sido atingidas, esse Objetivo Estratégico evoluiu de modo compatível com o esperado. Houve avanços importantes na valorização das Unidades de Conservação federais como provedoras de recursos para exploração econômica por parte de populações tradicionais. Também ocorreram importantes avanços na estruturação de UC para visitação. É muito positivo o fato de o número de visitantes em 2015 ter superado o de 2014 – ano de importantes eventos internacionais que atraíram muitos turistas e que contou com situação econômica mais amena que a do ano posterior.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

É necessário continuar ampliando a estruturação de Unidades de Conservação para visitação. Também é importante trabalhar as informações obtidas sobre a utilização das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, cuja dinâmica é complexa e variável de unidade para unidade.

3.1.4- Envolver a sociedade na gestão das Unidades de Conservação e na conservação da biodiversidade

i. Descrição

Descrição geral

As Unidades de Conservação federais existem para atender aos interesses da sociedade brasileira, em especial quanto à conservação da biodiversidade. Para a melhor consecução desses objetivos é importante envolver essa sociedade na gestão das UC. Pretende-se assim aumentar a conscientização da população quanto à importância desses espaços protegidos e permitir maior acompanhamento da atuação do poder público, contribuindo para o aumento de sua eficácia e potencializando os resultados em termos de conservação da biodiversidade.

Responsável

DIMAN
DISAT
DIBIO

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

O ICMBio apóia projetos de pesquisas propostos por técnicos do Instituto e seminários coordenados pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e por Unidades de Conservação, que constituem importantes fóruns de compartilhamento de conhecimento e de articulação de ações. Em 2015, a chamada restringiu-se aos projetos de pesquisa já iniciados, totalizando 29 projetos, dentre os 44 avaliados, além de eventos a serem realizados. Em setembro de 2015 foi realizado o VII Seminário de Pesquisa e VII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio. O seminário abordou o tema “Conservação e Sociedade” e teve uma participação recorde desde a sua primeira edição – ao todo foram 176 participantes. Foi lançado o número 1 (Ano 5) da revista Biodiversidade Brasileira com o tema “Iniciativas de inovação na gestão de unidades de conservação”.

Em 2015 foi lançado o Portal da Biodiversidade (<https://portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br>), com o objetivo de disponibilizar à sociedade os dados de diversas bases científicas sobre biodiversidade mantidas pelo ICMBio.

O Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade do ICMBio tem como diretrizes a promoção e o fortalecimento do envolvimento social, em diferentes graus conforme contexto e desenvolvimento do programa. Na Amazônia, estas diretrizes vem sendo reforçadas com o apoio do Projeto Monitoramento participativo da Biodiversidade em Unidades de Conservação da Amazônia. Foram desenvolvidos e implementados protocolos complementares aos globais, com foco em espécies/questões priorizadas localmente, tais como manejo de quelônios, pressão de felinos, manejo florestal comunitário, dentre outros.

Em 2015 foram realizados o 4º e o 5º Curso de capacitação no Protocolo Mínimo dos Indicadores Globais orientado aos indicadores globais (maio de 2015, na Resex Tapajós-Arapuins, e novembro de 2015, na Esec de Maracá) voltados para as UC apoiadas pelo Programa ARPA, além das UC apoiadas pelo Fundo Clima.

Entre os anos de 2014 e 2015 foram concluídas a 4ª e 5ª edições do Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa e a 6ª edição foi iniciada, com previsão de conclusão para o 2º semestre de 2016. Tem como objetivo principal capacitar para o aprimoramento da gestão ambiental por meio da participação social.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Diversas ações foram realizadas, muitas delas cujo impacto é difícil de medir. Dentre aquelas com resultados mais diretos, tanto a realização de pesquisas quanto a instituição de conselhos gestores tiveram bom andamento, contribuindo de forma importante para o maior envolvimento da sociedade.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráfico 4. Indicadores de resultado - Envolver a sociedade na gestão das Unidades de Conservação e na conservação da biodiversidade

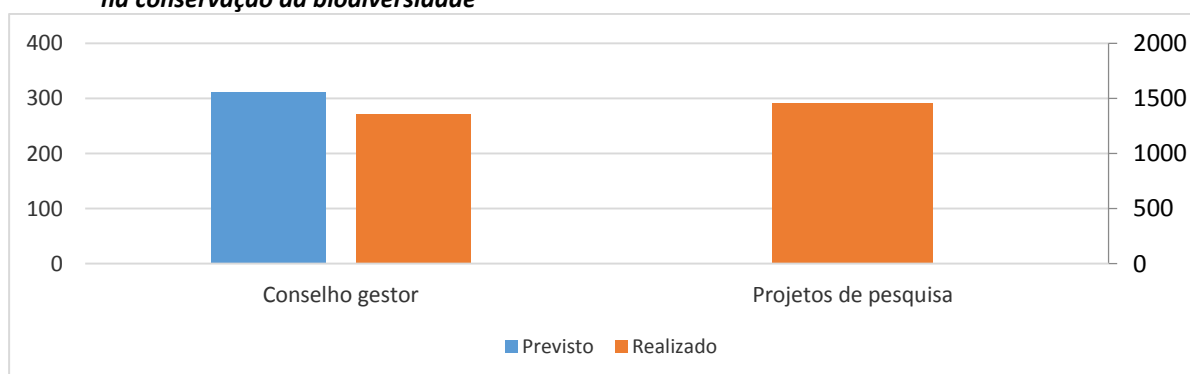


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) UC com Conselho Gestor instituído	312	263	312	271	277
b) Projetos de pesquisa científica autorizados	-	2.457	-	2.993	-
Legenda	■ Conforme planejado	■ Merece atenção	■ Desconforme		

a) Ao longo de 2015 foram instituídos oito conselhos gestores, o que, perfazendo um total de 271 conselhos criados, conduziu à marca de 84,7% de unidades de conservação federais com estes fóruns participativos já estabelecidos. Em termos percentuais, 90% das unidades de conservação federais que contam com equipes gestoras já possuem seus conselhos constituídos, 2% estão com tais conselhos em processo de formação e outros 8% não possuem procedimentos iniciados para a sua constituição. A meta de 312, que consta no PPA 2012-2015, considera 100% das UC existentes em 2012. Tal meta revelou-se impraticável, uma vez que diversas UC não dispõem de equipe técnica e outras condições objetivas para gestão, de modo que o universo de Unidades a constituir alvo dessa ação se reduz drasticamente.

b) Ao longo de 2015, foram concedidos, por meio do Sisbio, 2.993 documentos contemplando projetos a serem executados dentro ou fora das UC federais, incluindo 2.249 autorizações com finalidade científica, 239 autorizações para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior, 439 comprovantes de registro para coleta de material botânico, fúngico e microbiológico e 66 licenças permanentes. Foram registrados até 2015, nos estudos autorizados, 33.333.895 indivíduos da biodiversidade brasileira em 414.145 registros de ocorrência (coordenadas geográficas), totalizando 43.048 espécies registradas.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20WM/0007	572.685	89.782,07	442.066	34.246,32	40		93		Unidade atendida
20WN/0001	500.000	47.942,62	257.721	13.753,55	4		0		Espécie beneficiada

ii.e- Principais desafios para 2016.

Qualificar e dar efetivo funcionamento à atuação dos conselhos gestores como instâncias de diálogo com a sociedade, de modo que tais fóruns possam ampliar sua contribuição para a gestão das áreas protegidas e para a conservação da biodiversidade.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados indicam avanços importantes nesse Objetivo Estratégico, tanto pelas metas destacadas quanto pelas ações cujos resultados são mais complexos de se extrair.

A estratégia adotada foca nos públicos mais diretamente envolvidos com as Unidades de Conservação ou com a biodiversidade de forma geral, o que tende a gerar resultados melhores quanto ao envolvimento dessas pessoas nas atividades do Instituto.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Aprimorar qualitativamente tanto as informações que subsidiam o planejamento das ações do Instituto quanto dos instrumentos já consagrados no envolvimento da sociedade na gestão de UC e na conservação da biodiversidade.

3.2- Informações sobre a gestão

Para cada perspectiva dos objetivos estratégicos, na perspectiva dos resultados e das formas de atuação:

3.2.1- Beneficiário

i. Descrição

Descrição geral

Essa perspectiva considera os atores externos ao ICMBio que são beneficiários diretos das ações e serviços prestados pelo Instituto.

Isso inclui os visitantes das Unidades de Conservação federais, as comunidades tradicionais associadas a Unidades de Conservação federais e beneficiários diretos de serviços ecossistêmicos prestados pelas unidades.

Responsável	DIMAN DISAT DIBIO
--------------------	-------------------------

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

No ano de 2015, o Programa Bolsa Verde atingiu o número de 25.123 beneficiários em 68 unidades de conservação federais, propiciando melhores condições de vida a famílias em situação de extrema pobreza que exercem atividades de conservação dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis.

Um dos projetos realizados em 2015 foi o estabelecimento de critérios e metodologias para identificar unidades de conservação com elevada importância biológica e, simultaneamente, bastante pressionadas por atividades antrópicas. Assim, em um primeiro trabalho realizado para o bioma Amazônia, constatou-se que as áreas protegidas do Pará são as que mais precisam de urgência em sua implementação.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráfico 5. Indicadores de resultado - Perspectiva Beneficiário

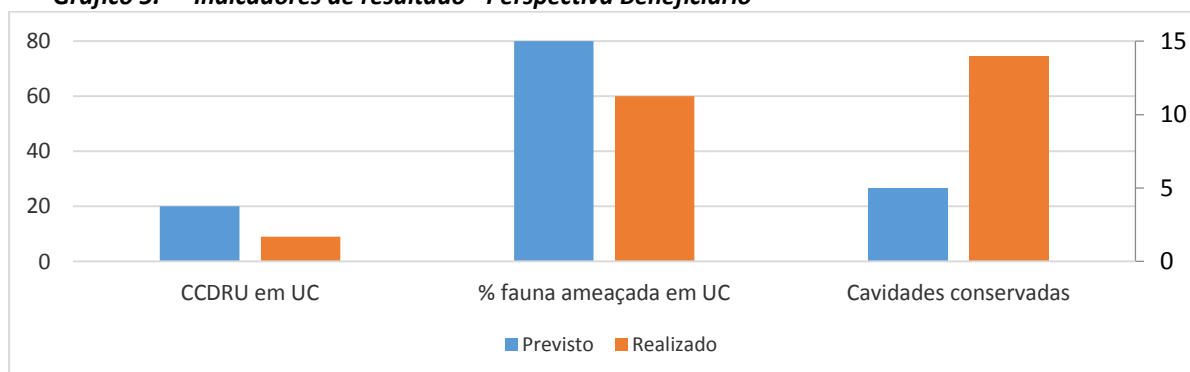


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Contratos de Concessão de Direito Real de Uso celebrados em UC de Uso Sustentável	20	7	20	9	20
b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação	80	58,8	80	60	80
c) Caverna (Patrimônio Espeleológico Nacional) conservada	5	5	5	14	30
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

a) No período 2012 – 2015 foram celebrados 9 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso com as associações das seguintes unidades de Conservação: 1. Resex Auatí- Paraná; 2. Resex Baixo Juruá; 3. Resex Rio Jutai; 4. Resex Médio Purus; 5. Resex Médio Juruá; 6. Resex Rio Unini; 7. Resex Corumbau; 8. Resex Canavieiras; 9. Floresta Nacional do Pau Rosa. No total, até 2015 foram emitidas 41 concessões às famílias beneficiárias de UC.

b) De acordo com dados da avaliação do estado de conservação da fauna, atualmente são 700 espécies ameaçadas com registro em unidades de conservação federais, estaduais ou municipais, que correspondem a cerca de 60% das espécies ameaçadas de extinção.

c) No âmbito do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (portaria MMA nº 358/2009) foram realizados: (i) inventário anual do patrimônio espeleológico nacional; (ii) monitoramento e avaliação de impactos sobre o patrimônio espeleológico; e (iii) implementação do PAN Cavernas do São Francisco. Foram contempladas 4 unidades de conservação federais de proteção integral contribuindo para a conservação de 14 cavernas naturais subterrâneas.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

As ações planejadas para essa perspectiva tiveram relativo sucesso.

Apesar do desempenho abaixo do esperado do indicador “Concessão de Contratos de Direito Real de Uso”, o fortalecimento da economia das comunidades tradicionais associadas a UC contou com avanços importantes em 2015, o que é espelhado em ações que não puderam ser expressas em indicadores e também por indicadores apontados nas perspectivas “Sociedade e Ambiente” e “Processos”.

A estratégia para promover a compreensão do valor da biodiversidade tem sido focada na pesquisa e divulgação de informações. Nesse sentido, também apresentou um bom avanço em 2015.

A ampliação do uso público pode ser expressa em especial no indicador de visitação, item ii.C, título 3.1.3 acima.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Em momento de escassez de recursos e de reorganização interna, é importante a manutenção das ações que vêm sendo implementadas com sucesso, de modo a não perder a consistência dessas intervenções.

Tão logo o ICMBio esteja reestruturado, e com situação econômica mais favorável, há espaço para ampliar a atuação no âmbito da perspectiva “Beneficiários”.

3.2.2- Processos

i. Descrição

Descrição geral

Essa perspectiva engloba os processos internos do ICMBio que promovem entregas diretas à sociedade. São os processos que caracterizam a atuação do Instituto, e visam garantir o cumprimento dos objetivos que motivaram sua criação.

Estão associados à criação e consolidação de Unidades de Conservação federais, à pesquisa e gestão da fauna e às autorizações para licenciamento ambiental. Há ainda o enfoque à consolidação de uma estratégia territorial de conservação, vista como importante para orientar a atuação do Instituto.

Responsável	DIMAN
	DISAT
	DIBIO

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Foi realizada a revisão e atualização dos procedimentos para autorização no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que possam afetar as unidades de conservação ou sua zona de amortecimento. Foi efetuada a revisão do Roteiro de Valoração dos Produtos não Madeireiros, subsídio para atualização e revisão (em andamento) da Instrução Normativa nº 009/2010, que dispõe sobre procedimentos para supressão da vegetação em UC de Uso Sustentável. Foram revisados os limites de 19 UC. Ademais, estão sendo executadas a demarcação e sinalização 11 Unidades de Conservação.

Foram realizadas ações de educação ambiental para formação de educadores ambientais, além do apoio a ações e projetos de educação ambiental em UC e Centros de Pesquisa. Foram publicados materiais educativos e guias para orientação sobre educação ambiental.

Em 2014 e 2015 foram celebrados ou renovados instrumentos de gestão de conflitos em 5 UC.

Houve aprimoramento na infraestrutura e nos serviços oferecidos por Unidades de Conservação consideradas já estruturadas. Especial atenção tem sido dada às Unidades de Conservação da Amazônia. A estratégia para aprimoramento das estruturas de visitação tem sido focada em parcerias, capacitações de servidores e delegação de serviços de apoio à visitação.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráfico 6. Indicadores de resultado – Perspectiva Processos

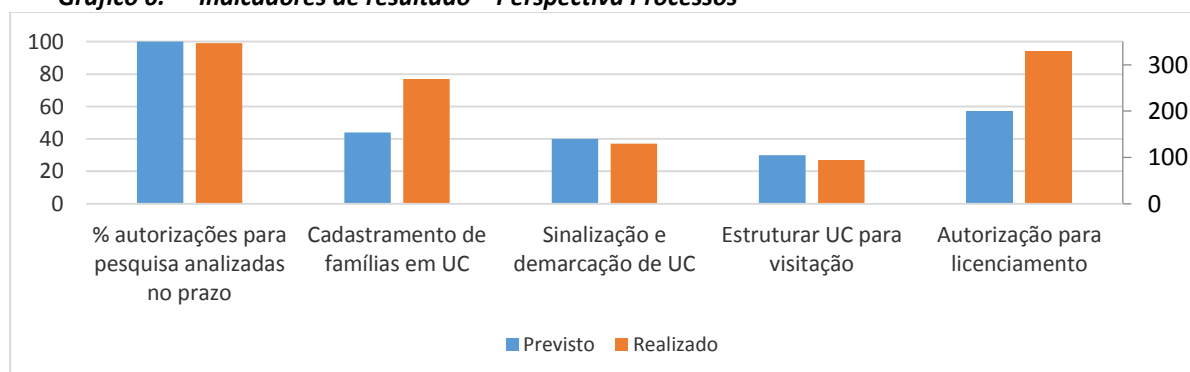


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Autorizações para realização de pesquisas ou coleta de material biológico analisadas dentro do prazo	100%	99,38%	100%	99,07%	100%
b) Realizar o cadastramento de famílias em UC	44	77	44	77	-
c) Sinalizar e demarcar o perímetro UC Federais	40	22	40	37	40
d) Estruturar UC federais para visitaç�o e uso p�blico	30	24	30	27	30
e) Manifesta�es sobre autoriza�es para demandas de licenciamento ambiental que afetam UC	300	493	200	328	8
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece aten�o		■ Desconforme

a) Até o final 2015, 99,07% das solicita es de autoriza o foram analisadas antes do término do prazo de 45 dias úteis. A média de dias transcorridos para a análise das solicita es, considerando a manifesta o de todas as UC e Centros de Pesquisa envolvidos até o recebimento da resposta foi de 18 dias. O aumento da média, se comparado ao ano de 2013 (14,05 dias), deve-se, principalmente,   diminui o no número de pareceristas colaboradores, sendo estes servidores do ICMBio com especializa o em determinado grupo taxon mico que analisam as solicita es de pesquisa para os quais não existe Centro de Pesquisa e Conserva o específico. As providências para soluço dessa questão já foram tomadas e a expectativa para 2016   a diminui o no tempo de análise das solicita es.

b) Nos anos de 2014 e 2015 foi finalizada a coleta de dados referentes às famílias que vivem em 77 unidades de conserva o de uso sustentável ou que dependem destas áreas protegidas para seu sustento e reprodu o social. Foram cadastradas cerca de 57 mil famílias, com informa es sobre escolaridade e porte de documentos de aproximadamente 280 mil pessoas. Ademais, foi produzido um documento de orienta o aos gestores das UC para facilitar o desenvolvimento do processo de discussão e elabora o do perfil de família beneficiária, próximo passo desse processo. Ao final do ano de 2015, doze unidades definiram o seu perfil de família beneficiária.

c) Em 2015 iniciou-se a demarca o de 13 UC: 10 com recursos de doa o do KFW, 1 com recurso de compensa o ambiental, 1 com recurso de precatórios e 1 com recurso do ARPA, sendo esta última demarca o parcial.

d) Em 2015 foram estruturadas três UC para visita o e uso público, totalizando 27 e restando, portanto, três unidades a serem estruturadas para se cumprir a meta estipulada para o período de 2012 – 2015.

e) As metas são apenas indicativos, uma vez que este indicador depende de demanda externa ao ICMBio. Corresponde às seguintes tipologias de autoriza es emitidas pelo ICMBio: ALA – Autoriza o para o Licenciamento Ambiental e ADA - Autoriza es Diretas emitidas pelas UC. As Coordena es Regionais 2, 3, 4 e 10 não informaram seus quantitativos.

iii. Conclusão

iii.a- Avalia o do resultado

No âmbito dos processos internos do ICMBio pode-se considerar, de forma geral, que os resultados observados foram positivos. Não apenas ocorreram avanços importantes nas metas, mas também há desdobramentos relevantes nas perspectivas já abordadas acima.

iii.b- A es para melhoria de desempenho

Dada a reestrutura o pela qual passa o órgão e a situa o econômica do país, há pouco espaço para planejamento de a es para melhoria de desempenho.

Após a estrutura o, e com uma situa o econômica mais amena, será possível planejar a es para melhoria da eficiência dos resultados já obtidos. Espera-se, também, que a efetiva implementa o do planejamento estratégico gere uma reorienta o desses processos de modo a atingir os resultados esperados nas perspectivas superiores com maior eficácia.

3.2.3- Aprendizado e Crescimento

i. Descrição

Descrição geral

Esta perspectiva engloba os processos internos que têm como clientes outros processos internos do Instituto. São base para uma melhor atuação finalística, e fundamentais para que os demais processo funcionem com eficiência e eficácia.

Está dividida em três blocos: (i) Estrutura: refere-se à estrutura organizacional do Instituto; (ii) Pessoas: refere-se à gestão de pessoas e do conhecimento; e (iii) Recursos: engloba infraestrutura, tecnologia e recursos financeiros e orçamentários.

Responsável DIPLAN

ii. Análise

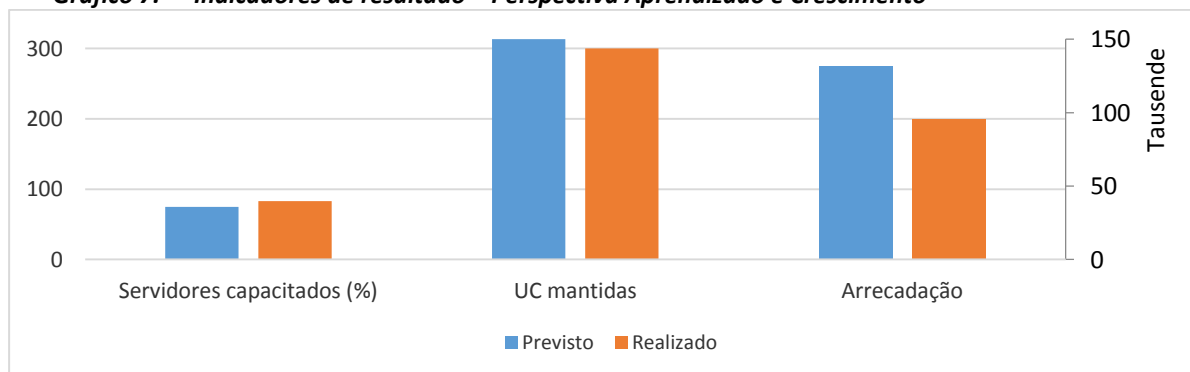
ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Em 2015 houve troca no comando da DIPLAN e reformulação da equipe. Isso, aliado aos cortes orçamentários, prejudicou o avanço das demandas estruturantes. O Planejamento Estratégico 2015 – 2019 foi concluído, e iniciadas as discussões sobre as metas estratégicas. Também foi dado início a um processo de reestruturação interna que prejudicou o prosseguimento de discussões estratégicas nos últimos meses do exercício. Também foi iniciado procedimento para implementação de sistema de protocolo eletrônico no Instituto.

As capacitações de servidores avançaram a contento, segundo as metas estipuladas. Demais resultados quanto a gestão interna e finanças podem ser observados nos demais itens deste relatório.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráfico 7. Indicadores de resultado – Perspectiva Aprendizado e Crescimento



Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Número de servidores capacitados	75	49	75	83	75
b) Unidades de Conservação mantidas (manutenção)	-	-	313	300	320
c) Arrecadação com receitas próprias (em R\$ 1.000,00)	73.604	146.018	131.712	95.601	130.068
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

- a) A meta corresponde ao período de 2012 a 2015. Em dezembro de 2015 haviam 1.918 servidores, número que serviu de denominador para os cálculos de porcentagem realizada. De 2012 a 2014 foram capacitados 939 servidores. Em 2015 ocorreram 1.052 capacitações, e deste total 652 diferentes servidores passaram por diferentes ações de capacitação.
- b) Foram mantidas 300 unidades de conservação, correspondendo a atendimento de 96% da meta estipulada. Foram executados serviços essenciais ao funcionamento das Unidades de Conservação, tais como abastecimento e manutenção de viaturas oficiais, locação de embarcações, fornecimento de água e saneamento básico, contratação de serviços administrativos e operacionais, serviços de postagem, concessão de diárias e passagens a servidores e colaboradores envolvidos na gestão das unidades de conservação, vigilância patrimonial e limpeza/conservação das sedes administrativas das UC, dentre outros.
- c) Considerando as arrecadações relativas aos exercícios de 2013 e 2015, respectivamente de R\$ 75.493 mil e R\$ 72.414 mil, observa-se elevação no exercício de 2014, quando essa fonte de receita alcançou o valor de R\$ 146.018 mil. Referido acréscimo deve-se, em parte, à elevação de licenciamentos concedidos no mês de março/2014 na Flona Carajás, cuja arrecadação passou de R\$ 9.763 mil em 2013 para R\$ 37.553 mil em 2014, sendo reduzida para R\$ 18.709 mil em 2015.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os processos de administração do Instituição tiveram resultados aceitáveis se considerarmos a manutenção da máquina. Poucos avanços estruturantes foram possíveis. As capacitações tiveram considerável aumento, garantindo o cumprimento das metas institucionais.

Diversas discussões quanto a avanços importantes foram iniciadas, e espera-se que possam ser concluídas em 2016.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Dentre as principais ações estruturantes previstas para 2016 estão:

- Implementação do sistema de protocolo eletrônico, que permitirá o trâmite online de documentos e eliminação dos processos físicos;
- Publicação de Decreto com nova estrutura do ICMBio, seguido de publicação do Regimento Interno;
- Avanço na implementação do Planejamento Estratégico, com definição e desdobramento das metas estratégicas;
- Fortalecimento da ACADEBio na coordenação das capacitações do Instituto; e
- Reorganização e estruturação da administração interna, de modo a permitir uma gestão mais eficiente das instâncias descentralizadas.

3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

3.3.1- Estágio de desenvolvimento

O ICMBio, via de regra, desde 2011 tem realizado seu planejamento estratégico para períodos de dois anos. No ano de 2014, iniciou a revisão do planejamento, que vigeu para 2013-2014, agora de uma nova forma, considerando o horizonte temporal de 2015-2022, o mesmo do Ministério do Meio Ambiente, mas com validade para 2015-2018.

Isso permitiu que o escopo de atuação pudesse ser totalmente revisto, considerando-se todas as finalidades previstas no ato de criação do ICMBio (Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007).

Essa revisão de escopo propiciou que o planejamento do Instituto deixasse de ter uma carga maior no tático e se voltasse para o estratégico, buscando, inclusive, referenciais comparativos e o alinhamento institucional com o Ministério do Meio Ambiente.

O ICMBio ainda carece de maior madureza no que tange à aplicação integral do planejamento estratégico, seus desdobramentos até o operacional, a execução anual e a relação direta com as atividades desenvolvidas, mesmo que estas estejam alinhadas às finalidades previstas na sua Lei de criação.

O Instituto dispõe de um sistema informatizado para a gestão da estratégia (Sistema Integrado de Gestão Estratégica – SIGE), que foi reformulado durante todo o ano de 2015, a fim de modernizá-lo e adequar novas funcionalidades, tais como a possibilidade de as unidades organizacionais inserirem seus planejamentos. Este sistema permite o acompanhamento e controle do planejamento estratégico do ICMBio, possibilita a emissão de relatórios periódicos e subsidia os dirigentes para tomadas de decisão.

Em função disso, foram mantidos os mesmos indicadores do ano de 2014, demonstrando a necessidade do fundamento do GesPública da constância de propósitos.

Paralelamente à isso, o ICMBio está realizando o mapeamento e modelagem dos processos, motivo pelo qual algumas rotinas ainda não estão perfeitamente sistematizadas e alinhadas entre si e ao planejamento estratégico.

Assim, é ponto forte assinalar o SIGE, a revisão periódica do planejamento estratégico, associada à prática de gestão de indicadores para as atividades. Por outro lado, o ICMBio ainda carece de aplicação mais efetiva do seu planejamento estratégico, de forma a mensurar melhor os impactos produzidos no cumprimento da sua missão institucional.

No mapa estratégico do ICMBio para o período de 2015-2018, estão presentes direta ou indiretamente, os demais fundamentos do GesPública. Suas perspectivas foram aprimoradas, totalizando quatro, a saber: Sociedade e Ambiente, Beneficiários, Processos e Aprendizado e Crescimento. Os objetivos estratégicos foram alterados, não em sua totalidade, e introduzidos novos. O presidente que tomou posse em 21 de maio de 2015, Cláudio Maretti, foi incorporando, paulatinamente, suas diretrizes, tendo realizado reunião formal com todo o Instituto (presencialmente e por vídeo conferência), no final do ano, analisando retrospectivamente as ações realizadas e projetando prioridades futuras.

3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

A metodologia aplicada consistiu de várias etapas, a saber: a) análise, por parte da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística, do mapa estratégico que vigia; b) estudo da Lei de criação do ICMBio (Lei nº 11.516/2007) e do Decreto de Estrutura Regimental (Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011); c) estudo comparativo entre os mapas estratégicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB); d) releitura da missão e visão do ICMBio; e) apresentação da minuta do novo planejamento estratégico à alta direção em fevereiro de 2015.

Aqui o processo sofreu uma interrupção em virtude de nomeações que se consumaram ao longo do ano, tais como a do Presidente, a do Diretor de Planejamento, Administração e Logística e Diretor de

Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação. O processo só foi retomado no segundo semestre de 2015.

Como parte da metodologia, após a apresentação da minuta do planejamento estratégico à alta administração, estava previsto haver consulta pública interna, realizados os ajustes pertinentes e, posteriormente, com o Comitê Gestor (alta administração) o planejamento ser validado e publicado. Ultrapassada essa etapa, após o planejamento ser validado, passou-se à etapa de publicização. Vale frisar que o mapa estratégico já sem encontrava no site do ICMBio desde fevereiro.

No final do ano de 2015, foi iniciado o trabalho de revisão dos indicadores, na tentativa de redução dos 114 indicadores estratégicos para um número mais condizente e compatível com a visão estratégica, ou seja, com foco em resultados. Para tanto foram realizadas reuniões de alinhamento estratégico com o Presidente e todas as unidades organizacionais da Sede e, também, com as demais unidades por vídeo conferência. O primeiro passo foi fazer o giro do PDCA, em sua terceira etapa, alinhando e desdobrando o estratégico no operacional. A figura abaixo mostra, esquematicamente, como foi realizado:

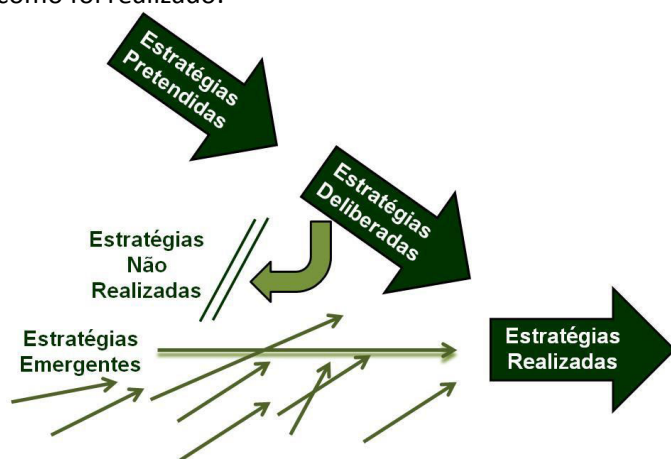


Figura 1. Giro do PDCA

Após este alinhamento, foram realizadas oficinas com os Diretores e cada responsável por macro processo para que fosse analisada a necessidade de serem mantidos, construídos, alterados ou excluídos indicadores de gestão dos objetivos estratégicos:



Figura 2. Oficinas SIGE

Tendo revisado os indicadores estratégicos, à luz de cada Diretoria e de cada macro processo, reuniu-se o Comitê Gestor para validá-los. Em face da demanda de nova revisão, este trabalho não foi concluído em 2015.

3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

Boa parte da atuação finalística do ICMBio está focada em produtos que lhe são impostos pela legislação. Pode-se citar os elementos obrigatórios para o bom funcionamento das Unidades de Conservação (Planos de Manejo, comitês gestores, regularização fundiária, estruturação para visitação, etc) e os elementos para manejo e conservação da fauna (como os levantamentos para edição da lista de espécies ameaçadas). Por seu caráter eminentemente operacional, a LOA foca esse tipo de produto. Por isso, não há necessidade de grandes alterações qualitativas para sua adequação ao planejamento estratégico, uma vez que este obrigatoriamente não pode deixar de contemplar, em seu nível operacional, os produtos que são imposição legal. Essas alterações se dão mais na forma como tais produtos são planejados e elaborados, que deve atender aos resultados previstos no planejamento estratégico nos níveis tático e estratégico.

O ICMBio possui uma grande quantidade de metas no PPA 2012 – 2015, mas muitas delas são operacionais, e por isso se encaixam no já exposto acima. Para o PPA 2016 – 2019 buscou-se colocar metas mais estratégicas e, desse modo, mais alinhadas ao planejamento estratégico 2015 – 2018.

3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

Ainda não foi implementado o macro indicador de medição da gestão, que alude ao sucesso do planejamento estratégico. As explicações estão descritas no 2º e 5º parágrafos do subitem 3.3.2 deste relatório.

Com a proposta de redução dos indicadores para um número adequado, este indicador foi postergado até que se tenham aqueles indicadores estratégicos estabelecidos.

O prazo para a sua conclusão está diretamente relacionado com o da Revisão das Estruturas Organizacionais, determinado pela Presidência da República. É intenção concluí-lo ainda no primeiro semestre de 2016.

3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

O planejamento estratégico sofreu algumas revisões internas e pontuais em virtude da posse do Presidente no final do mês de maio de 2015. Os objetivos estratégicos estabelecidos em fevereiro de 2015 foram mantidos. O modelo abaixo explicita a forma como se realizam as revisões:

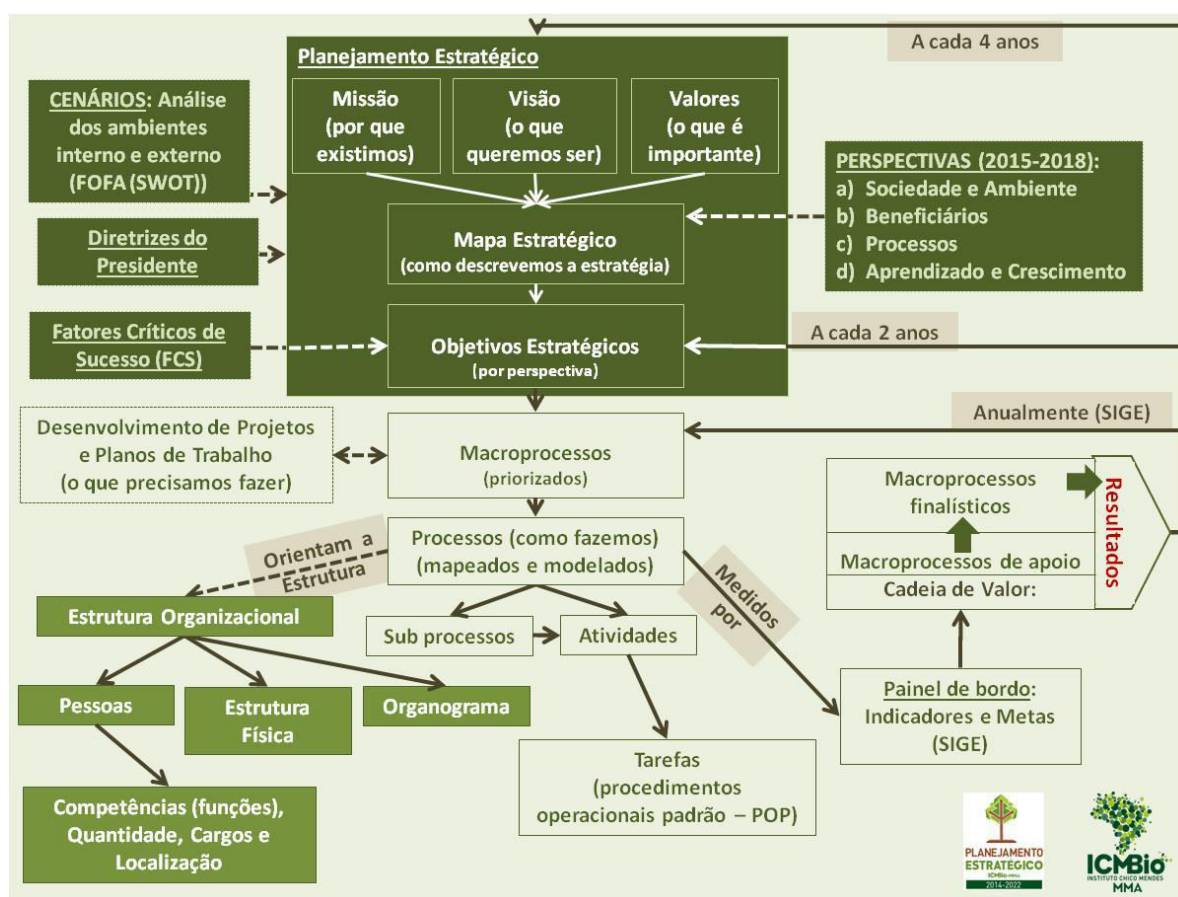


Figura 3. Revisões do Planejamento Estratégico ICMBio

3.3.6- Envolvimento da alta direção

O atual presidente tomou posse em maio de 2015. A partir do segundo semestre vem atuando no sentido de alinhar suas diretrizes ao planejamento estratégico em vigor e às ações necessárias para a execução das atividades a elas relacionadas. Nesse sentido, tem se reunido rotineiramente com os Diretores, Procurador Chefe, Auditor e Chefe de Gabinete e, extraordinariamente, com setores e com a Coordenação de Planejamento no sentido de propor, analisar, avaliar e deliberar sobre o planejamento estratégico.

Como oportunidades de melhorias, pode-se citar a aprovação formal, por meio de portaria, do planejamento estratégico e um processo mais participativo e estruturado de consultas às partes interessadas. Vale ressaltar que as restrições orçamentárias têm reduzido a capacidade de execução de algumas propostas.

3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico

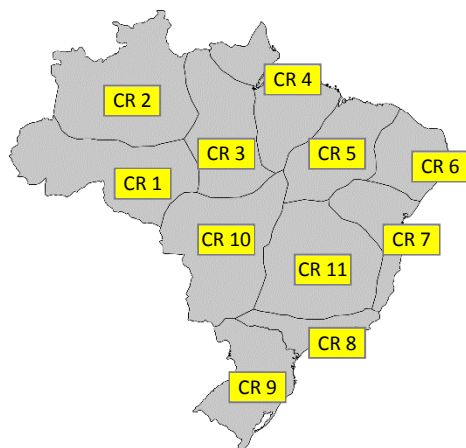
Neste tópico cabe observação de caráter geral. Face às restrições orçamentárias, carência de pessoal e a reforma administrativa determinada pelo Governo Federal, algumas metas não foram atingidas e nem será possível atingi-las no atual cenário.

Aproveitando-se da janela de oportunidade trazida pela reforma administrativa, a alta administração do ICMBio, alinhada ao MMA, está propondo para 2016 a redução do número de Coordenações Regionais de onze para oito, bem como a redistribuição de atribuições entre as diretorias, alterando, inclusive, seus nomes. Ficam mantidas as finalidades do ICMBio visto que a sua Lei de criação não foi alterada.

Por isso, cabe a generalização para este subitem: espera-se que com a reforma citada, haja mais integração de atividades, otimização de recursos e alinhamento dos processos, permitindo melhores resultados institucionais.

O SIGE, após sua versão ser atualizada, como mencionado anteriormente, resume a centralização das informações estratégicas, permitindo, assim, um melhor alinhamento das unidades organizacionais ao planejamento estratégico e a inserção de planejamentos locais.

Coordenações Regionais



Diretorias	
Criação e Manejo de Unidades de Conservação	
Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação	
Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade	
Planejamento, Administração e Orçamento	
Legenda	
■ Conforme planejado	
■ Merece atenção	
■ Desconforme	
As cores são meramente exemplificativas	

3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas

Um dos maiores problemas enfrentados para implantação do indicador, além do orçamentário e de pessoal, é a alta capilaridade do ICMBio, associada à fraca rede de transmissão de dados, o que fez com que o sistema SIGE também merecesse ser ajustado para trabalhos *off line*.

A reestruturação do ICMBio demandará um esforço de revisão dos processos já mapeados, construção de novos processos e, em todos os casos, buscar o alinhamento técnico-administrativo, considerando as novas atribuições das diretorias.

3.4- Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

Cobrança das Multas, conforme Estrutura Orgânica

A gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização ocorre de forma descentralizada nas onze Coordenações Regionais, desde a lavratura dos Autos de Infração até o julgamento em 1ª Instância, notificação do autuado do julgamento e cobrança do valor estabelecido. Atualmente, cada CR é responsável pela consolidação e gerenciamento de seus dados.

Caso solicitado o parcelamento do débito, essa cobrança é centralizada na Sede, na Coordenação de Arrecadação – COARR, no âmbito da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN. Constatada inadimplência, os processos também são encaminhados à COARR para prosseguimento da cobrança, o que implica na adoção de providências de inclusão do nome do autuado no CADIN e envio às Procuradorias junto às Coordenações Regionais para inscrição na Dívida Ativa da União.

Havendo recurso do julgamento em 1ª Instância por parte do autuado, o processo é encaminhado à Coordenação Geral de Proteção – CGPRO, da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN (Sede), responsável por coordenar as atividades finalísticas a exemplo de fiscalização e combate a incêndios florestais em UC. A CGPRO avalia os autos de infração e emite parecer com sugestão de posicionamento relativo ao mérito da autuação. O presidente por sua vez, manifesta-se acatando ou não o posicionamento proposto, sendo que, ao fim desta etapa o processo é encaminhado à COARR, visando proceder à cobrança a partir da notificação do autuado.

Medidas adotadas visando à melhoria da Gestão das Multas Aplicadas

Encontra-se em desenvolvimento e implantação o Sistema de Arrecadação – SARR, cujo esforço é no sentido de que o mesmo seja institucionalizado no exercício de 2016. O Sistema se apresenta como uma ferramenta de gestão imprescindível à Coordenação de Arrecadação no gerenciamento de arrecadação das multas ambientais, inclusive com a descentralização, às Coordenações Regionais, da operacionalização de toda cobrança decorrente das decisões em 1ª Instância.

No que se refere às informações requeridas pelo TCU em números absolutos e montante das multas em situação de: (i) inscrição no CADIN; (ii) risco de prescrição; (iii) canceladas ou suspensas; e (iv) percentuais de arrecadação em relação às multas aplicadas; as maiores dificuldades hoje existentes no ICMBio dizem respeito ao controle das autuações e julgamentos no âmbito das suas onze Coordenações Regionais (1ª Instância), sendo que cada CR é responsável pela consolidação e gerenciamento de seus dados. Por sua vez, para o controle das autuações, essas Coordenações dependem de providências instrutórias a cargo das chefias de cada uma das Unidades de Conservação federais.

Nesse contexto, o controle realizado no campo de atuação da Sede é feito por meio de informações coletadas das Coordenações Regionais, registradas em planilhas eletrônicas, o que dificulta a avaliação global dos quantitativos das autuações em âmbito nacional, uma vez que a Sede não dispõe de sistema de acompanhamento do trâmite dos julgamentos em primeira instância. Dessa forma, ficou prejudicada a obtenção dos dados consolidados das onze CR, o que inviabilizou a disponibilização das informações requeridas.

A partir das constatações mencionadas, o ICMBio deve envidar esforços no sentido de buscar mecanismos que permitam estabelecer controle centralizado das multas aplicadas em nível nacional, bem como dos resultados decorrentes de cada auto de infração emitido.

Quantitativo de processos no âmbito da Segunda Instância (Sede)

No trâmite processual para julgamento em Segunda Instância, no âmbito da Sede do Instituto, regra geral é que a prescrição só se consuma nos autos que fiquem paralisados por mais de 3 (três) anos. Nesse sentido, visando evitar a ocorrência da prescrição “intercorrente”, adotou-se como medida, a análise prévia do prazo prescricional como condição anterior à distribuição aos pareceristas. Tal medida tem se mostrado efetiva uma vez que não há, a princípio, registros de ocorrência de prescrição na esfera dos julgamentos em Segunda Instância.

Na Tabela, a seguir, são demonstrados os seguintes dados relacionados aos indicadores restritos aos julgamentos realizados no âmbito de Segunda Instância, relativos ao período de 2013/2015: totalização dos autos de infração julgados, confirmados e cancelados, ressaltando a não ocorrência de prescrições.

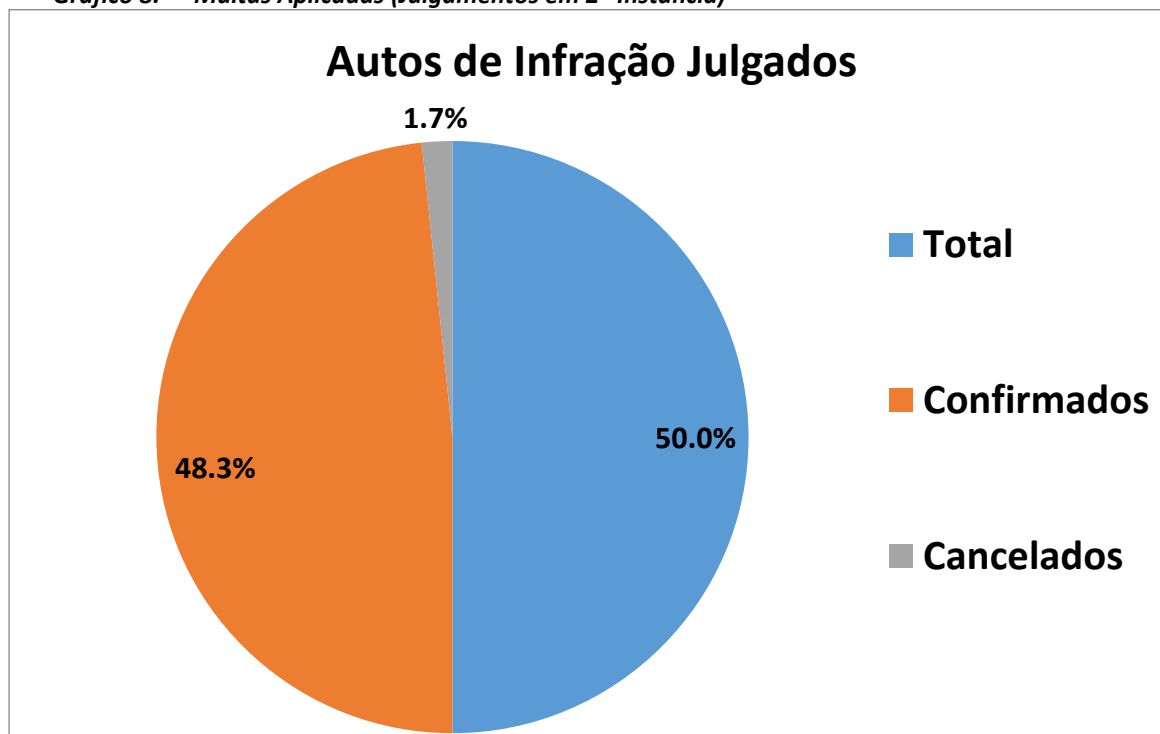
Observa-se equilíbrio entre os autos julgados e confirmados nos exercícios demonstrados, ressaltando apenas pequeno acréscimo dos cancelamentos.

Tabela 1. **Multas Aplicadas (Julgamentos em 2ª Instância)**

Exercícios	Total de Julgamentos	Confirmações de Autuação	Cancelamentos de Autuação	Prescrições
2013	24	23	1	0
2014	128	123	5	0
2015	210	204	6	0
Totais	362	350	12	0

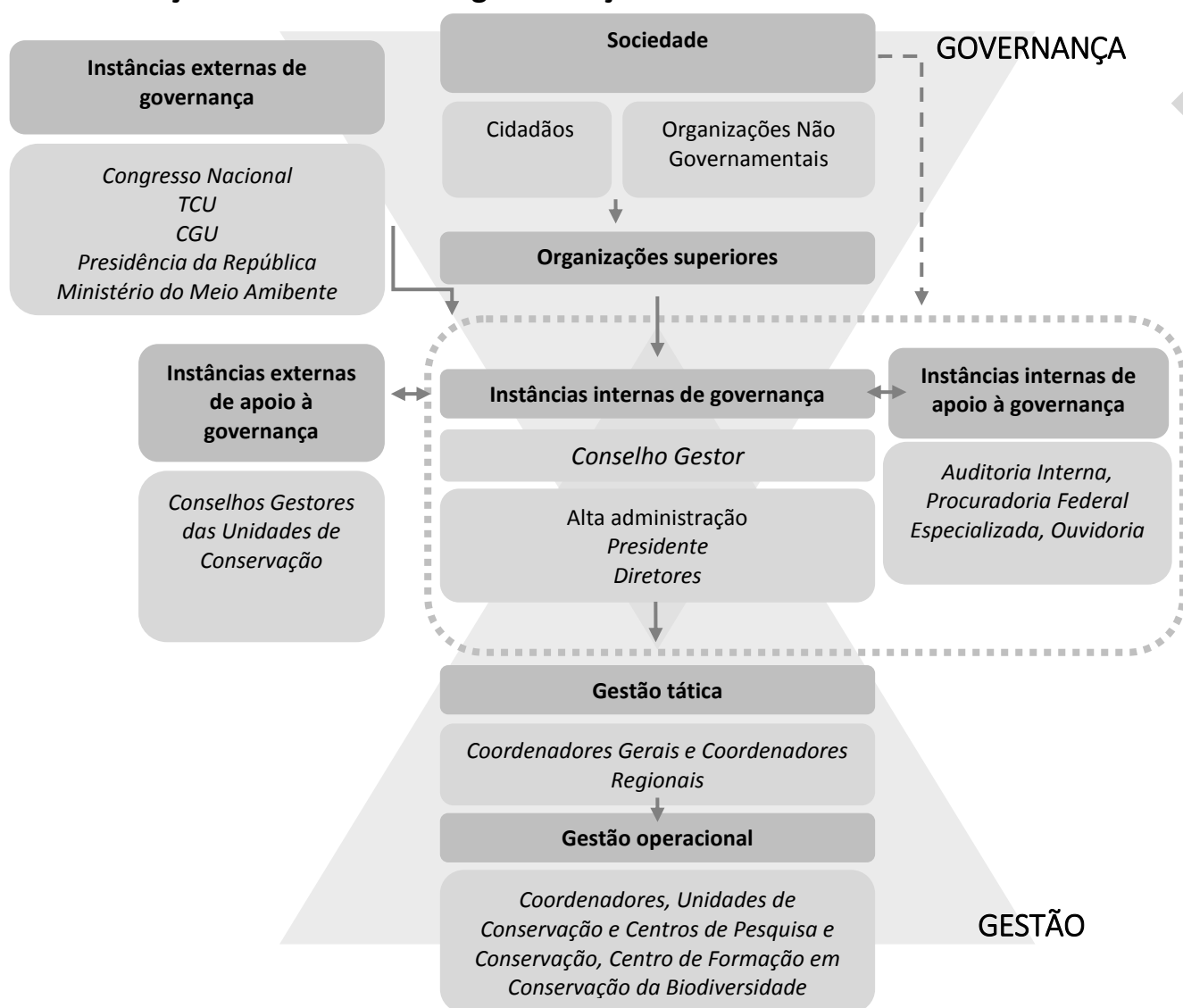
Conforme demonstrado no gráfico, a seguir, entre os exercícios de 2013/2015, 97% dos autos de infração julgados foram confirmados e apenas 3% cancelados.

Gráfico 8. **Multas Aplicadas (Julgamentos em 2ª Instância)**



4- Governança

4.1- Descrição das Estruturas de governança



Legenda (segundo o [Referencial Básico de Governança do TCU](#))

Instâncias externas de governança	Instâncias externas de apoio à governança	Instâncias internas de governança	Instâncias internas de apoio à governança
Responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas a apenas uma organização.	Responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.	Responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente.	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio busca mecanismos que garantam que as ações planejadas sejam executadas com foco nos resultados e de forma transparente, de acordo com as orientações emitidas pelos órgãos de controle interno e externo, utilizando-se, por exemplo, dos seguintes mecanismos: Estratégia, Liderança e Controle.

Para garantir a boa Governança da Instituição, em relação à Estratégia, o Instituto Chico Mendes tem seu Plano Estratégico revisado e metas são estabelecidas para o ano corrente. Cada área está associada às metas e, ao longo do período, os servidores e colaboradores do Instituto trabalham de forma a atingi-las. As metas são registradas e controladas por sistema informatizado. Este já vincula as definições estratégicas à Gratificação de Desempenho e seu descumprimento ocasiona impactos financeiros aos seus servidores, dado que se as metas institucionais não forem atingidas, os servidores não recebem o valor correspondente à meta. Avaliações de riscos são realizadas sobre metas delimitadas.

Quanto ao mecanismo de Liderança, o ICMBio define as principais competências a serem desenvolvidas pelos gestores da Instituição. Contribuindo também para esse mecanismo, há no órgão um programa voltado para Gestão por Resultados, que visa amadurecer o processo de gestão do ICMBio de forma a melhor lidar com as complexidades de gestão enfrentadas pelo tamanho e abrangência do órgão. Cabe citar ainda que a autarquia conta, em seu ambiente de controle, com o Plano Anual de Capacitação, que busca melhorar a competência de seus funcionários e com a Comissão e o Código de Ética, os quais orientam as atitudes do corpo institucional. Além desses pontos já citados, outro ponto que merece destaque é o Comitê Gestor, formado pela alta Administração do ICMBio, onde são deliberados os assuntos institucionais. Com a atual crise fiscal do país, o ICMBio tem-se utilizado dessas ferramentas para minimizar os impactos no órgão e contribuir para o gasto mais eficiente da máquina pública.

Por fim, em relação aos mecanismos de controle, a descentralização física do órgão torna o gerenciamento dos controles do instituto mais desafiador que o usual. Com o intuito de melhorar os controles, dar maior transparência, reduzir custos, obter maiores ganhos de escala bem como rever contratos existentes, decidiu-se por centralizar algumas atividades prioritárias na Sede, ações essas que serão implementadas no decorrer de 2016. Outra medida a ser tomada pela casa será a implantação de Sistema de Gestão de Demandas que discipline o gerenciamento de demandas relacionadas à aquisição de suprimentos, equipamentos, serviços e bens estruturais básicos para as Unidades Descentralizadas.

4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna

No exercício de 2015, a Unidade de Auditoria Interna do ICMBio, já conta com uma estrutura de pessoal de 7 pessoas para poder acompanhar mais adequadamente os atos e fatos da gestão do instituto. Em que pese esta melhoria estrutural, as atribuições, as demandas internas dos administradores e o passivo histórico de pendências, fizeram com que a unidade de auditoria interna do ICMBio tenha contado e ainda tenha que contar com a prestimosa colaboração direta da Controladoria Geral da União – CGU no planejamento e execução das auditorias de gestão do ICMBio.

Nesse contexto, extraímos trechos do item 2.8 – Avaliação dos Controles Internos Administrativos, referentes à gestão do ICMBio, relativa ao exercício de 2014, constantes dos resultados dos trabalhos, do Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 201503373, elaborado pela Controladoria Geral da União.

Cabe frisar que corroboramos com a análise e a conclusão da CGU, a seguir expostas, e que muitas das deliberações e ações implementadas pelo ICMBio quanto aos itens apontados no citado relatório de auditoria estarão inseridas no bojo do plano de providências a ser entregue à CGU, merecendo a cabível validação por parte daquele órgão de controle.

Item “2.8 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

O ambiente de controle do Instituto Chico Mendes sofreu poucas alterações em relação ao que vinha se apresentando em exercícios anteriores, sendo que podemos considerar como uma das mais relevantes a transferência de incumbências de atividades-fim que vinham indevidamente sendo exercidas por funcionários terceirizados.

Uma das dificuldades enfrentadas pelo Instituto relativamente a esse tópico é a sua área geográfica de atuação e a forma como se encontra estruturado, em face da existência de diversas unidades desconcentradas, com Gerências Regionais, Unidades Avançadas de Administração e Finanças e, especialmente, diversas Unidades de Conservação, não raro, situadas em pontos remotos do país.

Por outro lado, é justamente essa configuração peculiar do ICMBio que demanda o estabelecimento de controles internos fortes e efetivos, oposto ao quadro que encontramos atualmente na Autarquia. (...)

Parte dos problemas enfrentados pelo ICMBio no aspecto dos controles internos pode ser atribuído ao fato de que apenas no final do exercício de 2014 a unidade de Auditoria Interna recebeu servidores.

Até então a Auditoria Interna contava apenas com o titular e alguns servidores terceirizados, não possuindo a estrutura necessária para assessorar a presidência do Instituto, deixando de desempenhar suas funções de avaliar a adequação e a eficácia dos controles internos; de acompanhar a observância a metas, planos, leis, normas e regulamentos; além de verificar a eficiência, a eficácia e a economicidade da utilização dos recursos públicos, na concepção de que a própria unidade de Auditoria Interna deveria funcionar como um dos controles internos.

Outro aspecto fundamental não atendido pela estrutura até então disponível era o de auxiliar o gestor na identificação e na mitigação dos riscos, para o gerenciamento apropriado.

Nesse sentido, entende-se que a fragilidade da estrutura de pessoal da Auditoria Interna impactou, no exercício de 2014, na qualidade dos controles internos, impedindo o ICMBio de garantir a eficiência e eficácia desses controles. Assim, as melhorias implementadas durante o exercício de 2015 será avaliada em futuros trabalhos de auditoria.

5- Relacionamento com a sociedade

Sugere-se que este capítulo não ultrapasse o tamanho de 3 páginas

5.1- Canais de acesso do cidadão

Ouvidoria: Foram recebidas em 2015, por meio eletrônico, 1.712 manifestações referentes a assuntos de ouvidoria, das quais foram atendidas 1194. As 518 restantes (30,26%), encontravam-se em atendimento no dia 31/12/2015, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 2. **Dados sobre ouvidoria ICMBio**

Ouvidoria			
Natureza da demanda	Qtde. de solicitações	Atendidas	Resultado
Denúncias	281	172	61,21%
Solicitações	16	12	75%
Reclamações	115	63	54,78%
Consultas	1215	862	70,94%
Sugestões	56	56	100%
Elogios	29	29	100%
TOTAL	1712	1194	69,74%

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC: solicitadas com base na Lei de Acesso à Informação – Lei n.º 12.527/2011:

Tabela 3. **Dados sobre Serviço de Informação ao Cidadão**

Serviço de Informação ao Cidadão – 2014													
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Recebidos	11	22	26	27	16	20	20	15	27	13	18	19	234
Atendidos	11	22	26	27	16	20	20	15	27	13	18	19	234
Reencaminhados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Serviço de Informação ao Cidadão – 2015													
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Recebidos	12	21	22	30	22	20	25	35	25	30	25	15	282
Atendidos	12	21	22	30	22	20	25	35	25	30	25	15	282
Reencaminhados	3	0	0	1	3	0	0	1	3	0	0	0	

Os resultados obtidos com as atividades desempenhadas por meio destes canais de acesso têm possibilitado ao ICMBio observar o quão importante é poder atender às demandas dos mais variados seguimentos da sociedade, na medida em que podem obter informações e providências institucionais adequadas como resposta aos seus pleitos. Essa interação permite ao Instituto, como ente público, perceber a cada ano o crescimento da credibilidade social e o consequente fortalecimento de sua identidade institucional.

5.2- Carta de serviços ao cidadão

Como relatado no Relatório de Gestão do ano de 2014, o ICMBio, buscou junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a metodologia adequada, encontrando-a no Guia Metodológico da Carta de Serviços ao Cidadão – Guia – (Brasil, MP, SEGE, 2014. Versão 3/2014).

Novamente em função das restrições orçamentárias e a necessidade de novo processo licitatório para o mapeamento e modelagem dos processos, apenas em novembro o edital ficou pronto, não

tendo mais recursos para executá-lo. Assim, a construção da Carta de Serviços ao Cidadão foi adiada, devendo retomar em 2016.

Ainda, para que não se perca o trabalho realizado, o Instituto está capacitando servidora em metodologia de processos, de modo a que os processos mapeados sejam revisitados periodicamente, permitindo a sua atualização.

5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Acesso às informações do ICMBio		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Mapa%20Estrategico%202015_2018%20versao%20FINAL%20Internet.pdf	4 anos
Planejamento estratégico	http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/gestao-estrategica.html	Anual
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/avaliacao-de-desempenho-institucional.html	Anual
Balanços financeiros e orçamentários	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/relatorios-de-gestao.html	Anual
Relatórios de gestão	http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/relatorios-de-gestao	Anual
Relatórios de auditoria de gestão	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/relatorios-de-gestao.html	Anual
Estrutura organizacional	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7515.htm	Quando há alteração
Organograma	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Organograma%20Estrutura%20ICMBio%20-%20atualizadoFEV2015.pdf	Quando há alteração

5.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

Durante o ano de 2015, O ICMBIO passou por mudanças administrativas e isso interferiu na continuidade da medição da satisfação dos produtos e serviços oferecidos por esta autarquia. Em novembro do mesmo ano, uma nova direção assumiu a parte administrativa com o intuito de reorganizar toda a estrutura organizacional. Com isso, o foco passou a ser aperfeiçoar a desburocratização e a transparência dos serviços prestados.

A grande tarefa a ser realizada compreende, entre outros aspectos, a revisão dos serviços de atendimento ao público com vistas a sua maior eficiência e humanização.

Dessa forma, encontra-se em andamento um projeto de criar um *call center* ou algo similar que servirá para contribuir com a avaliação dos produtos e serviços oferecidos aos cidadão usuários.

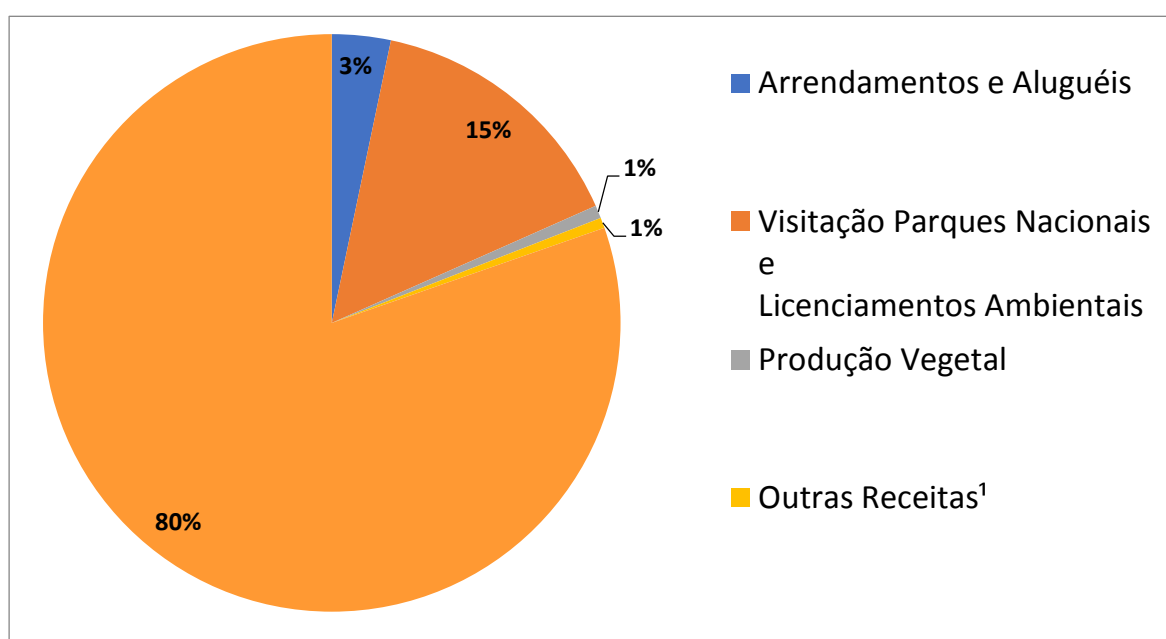
6- Desempenho financeiro e informações contábeis

6.1- Desempenho financeiro do exercício

As receitas e valores informados na Tabela e Gráfico, a seguir, referem-se às principais receitas orçamentárias efetivamente realizadas nos exercícios de 2014 e 2015, de acordo com as respectivas Demonstrações Contábeis deste ICMBio, constantes do SIAFI, bem como, das receitas previstas para o exercício de 2016, conforme Lei Orçamentária Anual.

Observa-se das receitas próprias, decorrentes de visitação e de licenciamentos ambientais junto aos Parques Nacionais, maior relevância na arrecadação em 2014, em razão de acréscimo dos licenciamentos concedidos pela Floresta Nacional de Carajás.

Gráfico 9. Principais Receitas Orçamentárias (Exercício 2015)



¹ Inclui arrecadação de multas por danos ao Meio Ambiente.

Ressalte-se que 80% das receitas realizadas no exercício de 2015 referem-se aos valores repassados pelo Tesouro Nacional. Dos 20% restantes, relativos às receitas próprias, observa-se que 15% (decorrentes de visitação e licenciamentos) e 3% (basicamente relativos a arrendamentos) originam-se de arrecadações junto aos Parques Nacionais.

Tabela 4. Principais Receitas Orçamentárias (Exercícios 2014, 2015 e 2016)

Principais receitas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
Arrendamentos e Aluguéis	32.880	16.717	19.214
Visitação Parques Nacionais e Licenciamentos Ambientais	112.844	76.600	105.649
Produção Vegetal	3.360	3.676	3.500
Outras Receitas	1.380	2.960	12.987
Repasso Tesouro Nacional	424.511	408.457	545.564
Total	574.975	508.410	686.914

Na Tabela, a seguir, foram informadas as principais despesas executadas por este ICMBio nos exercícios de 2014 e 2015, considerando os valores empenhados nos respectivos exercícios, extraídos das Demonstrações Contábeis deste Instituto, constantes do SIAFI. Para o exercício de 2016 foram informados os valores previstos na Lei Orçamentária Anual.

Observa-se que, à exceção das despesas com pessoal, os gastos concentram-se praticamente em serviços com a administração da Unidade, lembrando que o ICMBio conta com mais de 320 Unidades de Conservação espalhadas por todo território nacional.

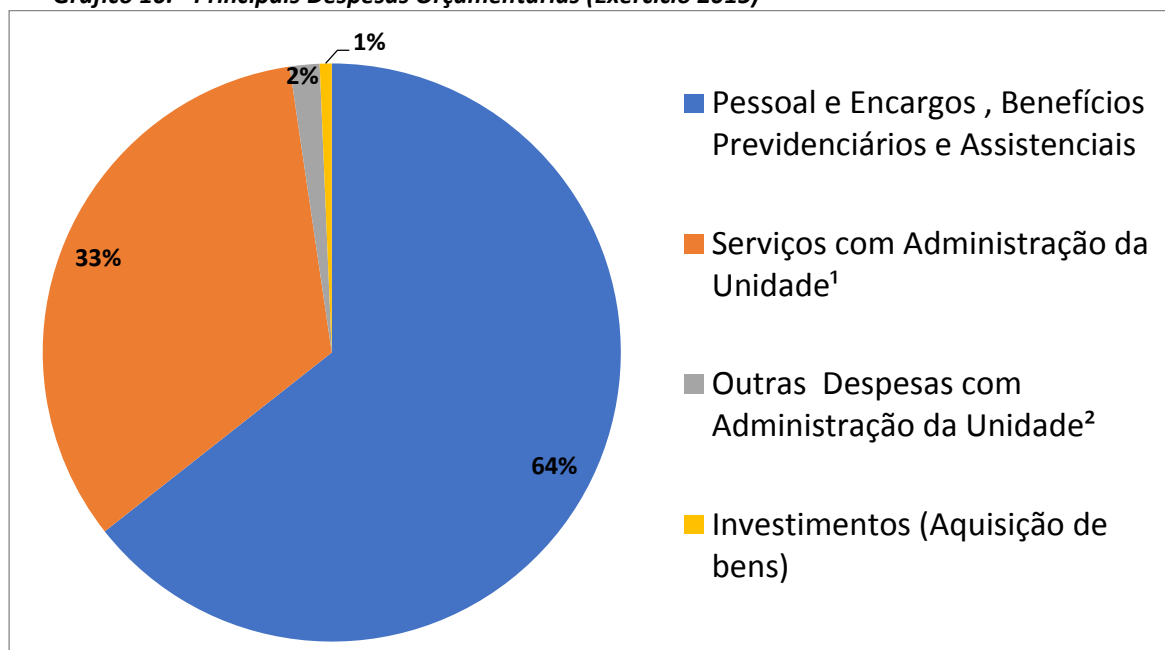
Tabela 5. **Principais Despesas Orçamentárias (Exercícios 2014, 2015 e 2016)**

Principais despesas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
Pessoal e Encargos Sociais	292.170	364.251	332.214
Serviços com Administração da Unidade	200.698	188.344	238.667
Outras Despesas com Administração da Unidade	47.529	9.401	
Investimentos (Aquisição de bens)	11.945	3.785	6.000
Total	552.342	565.781	576.881

Deduzindo os restos a pagar relativos às despesas integrantes da mencionada tabela, nos valores de R\$ 47.612mil em 2014 e de R\$ 75.795 em 2015, as despesas pagas nos respectivos exercícios totalizam **R\$ 504.730mil em 2014 e R\$ 489.986mil em 2015**.

Conforme demonstrado no gráfico, a seguir, as despesas com pessoal representam 64% dos gastos totais e os gastos com administração do Instituto totalizam 35% (33% de Serviços e 2% com aquisições diversas).

Gráfico 10. **Principais Despesas Orçamentárias (Exercício 2015)**



¹Inclui despesas, entre outras, com: água; energia; comunicação; transporte; locação de imóveis; vigilância e outras com locação de mão-de-obra.

²Despesas com aquisição de material de consumo e outras não classificadas em serviços.

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, como medida reparadora o Empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação. Essa reparação é denominada de “Compensação Ambiental” prevista no art. 36 da Lei nº 9.985/2000.

As arrecadações provenientes dessa fonte de recursos, de natureza extraorçamentária, são de responsabilidade deste ICMBio.

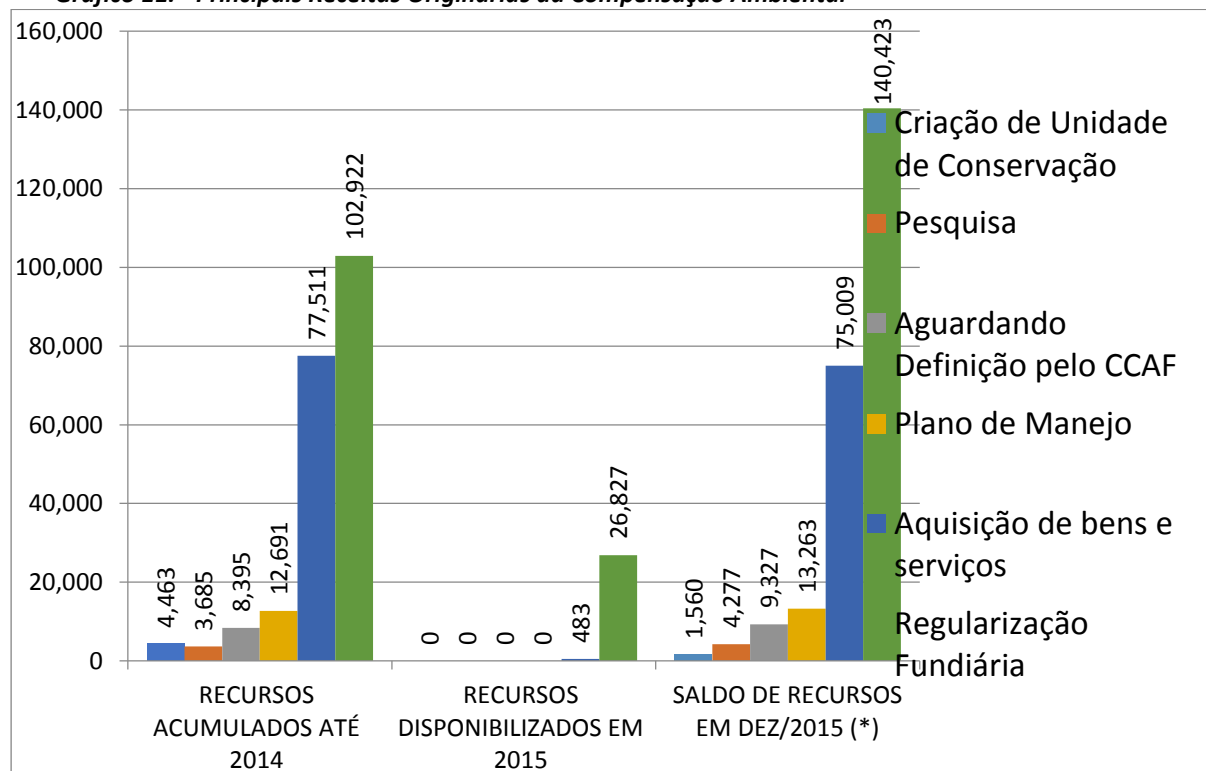
Na Tabela, a seguir, são disponibilizadas informações relacionadas aos recursos arrecadados até o exercício de 2015, vinculados às ações a que se destinam.

Tabela 6. **Principais Receitas Originárias da Compensação Ambiental**

Principais receitas – Compensação (em milhares de reais)	RECURSOS ACUMULADOS ATÉ 2014 (Saldo das Contas até dez/2014)	RECURSOS DISPONIBILIZADOS EM 2015 (Depósitos - 2015)	SALDO DE RECURSOS EM DEZ/2015(*)
Aguardando Definição pelo CCAF	8.395	0	9.327
Regularização Fundiária	102.922	26.827	140.423
Plano de Manejo	12.691	0	13.263
Aquisição de bens e serviços	77.511	483	75.009
Criação de Unidade de Conservação	4.463	0	1.560
Pesquisa	3.685	0	4.277
Total	209.667	27.310	243.859

Conforme demonstrado no gráfico, a seguir, os recursos destinados à regularização fundiária, de R\$ 140.423mil, seguida do cumprimento da obrigação, pelo Empreendedor, mediante aquisição de bens e serviços destinados às Unidades de Conservação, no montante de R\$ 75.009mil, constituem as principais fontes de receita até o exercício de 2015.

Gráfico 11. **Principais Receitas Originárias da Compensação Ambiental**



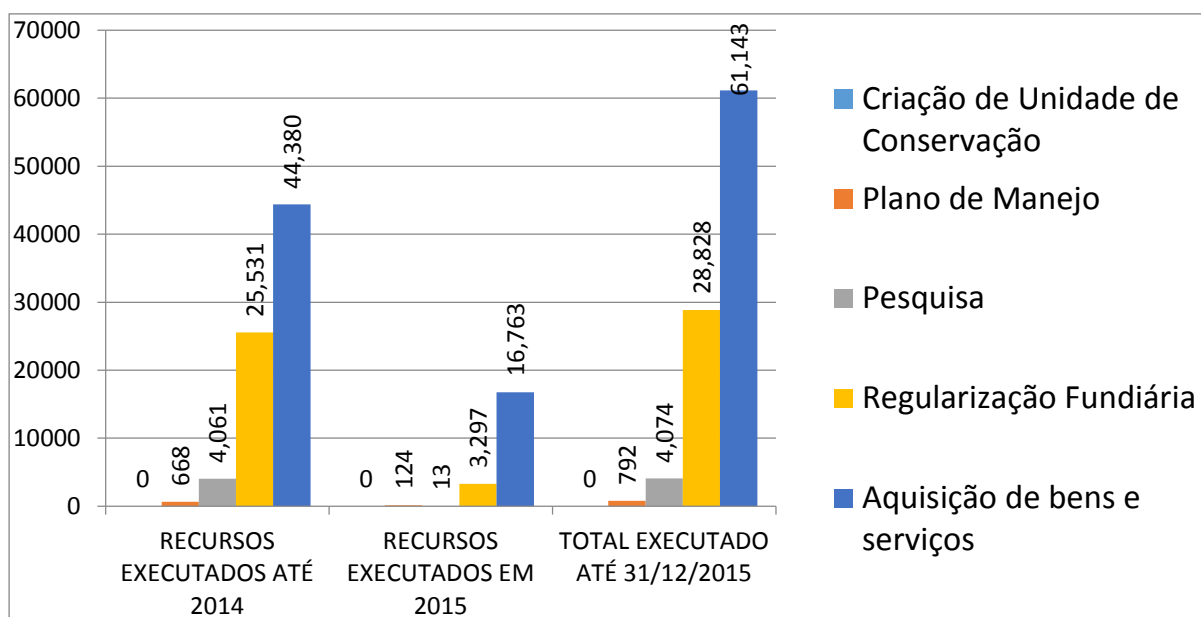
Considerando as aplicações vinculadas às ações a que se destinam as receitas arrecadadas, são demonstradas, a seguir, as principais aplicações (despesas), executadas até o exercício de 2015, em benefício das Unidades de Conservação onde ocorreram os impactos ambientais.

Tabela 7. **Principais Despesas da Compensação Ambiental**

Principais receitas – Compensação (em milhares de reais)	RECURSOS ACUMULADOS ATÉ 2014 (Saldo das Contas até dez/2014)	RECURSOS DISPONIBILIZADOS EM 2015 (Depósitos - 2015)	SALDO DE RECURSOS EM DEZ/2015(*)
Regularização Fundiária	25.531	3.297	28.828
Plano de Manejo	668	124	792
Aquisição de bens e serviços	44.380	16.763	61.143
Criação de Unidade de Conservação	0	0	0
Pesquisa	4.061	13	4.074
Total	74.640	20.197	94.837

No gráfico, a seguir, são demonstradas as principais despesas realizadas até o exercício de 2015, em que se observa maior direcionamento dos gastos para a manutenção e estruturação das Unidades de Conservação beneficiadas, mediante gastos com aquisição de bens e serviços no valor de R\$ 61.143mil, enquanto a regularização fundiária atingiu o montante de R\$ 28.828mil.

Gráfico 12. **Principais Despesas da Compensação Ambiental**



6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Apesar de todos os esforços empreendidos, no âmbito do Instituto não se concretizou ainda a implementação dos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Públicos (NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão e da NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público).

Tal dificuldade decorre da descentralização do patrimônio do Instituto por todo o território nacional, considerando as suas mais de 320 (trezentos e vinte) Unidades de Conservação Federais, cujo registro dos bens no SIAFI ocorre nas Unidades Gestoras Executoras da Sede e das suas Unidades Avançadas de Administração Financeira – UAAF. Contudo, não foram concretizadas as etapas para operacionalização do Sistema de Patrimônio adquirido pelo ICMBio, em razão de restrições orçamentárias no exercício, que inviabilizou a realização dos inventários de bens por Unidade Administrativa, bem assim a qualificação de pessoal para operacionalização do Sistema.

Nesse contexto, dos procedimentos relativos à depreciação, à amortização e à reavaliação a valor recuperável, apenas a depreciação contínua sendo registrada mensalmente no SIAFI desde o exercício de 2010, com suporte em informações extraídas de planilhas em “Excel” alimentadas manualmente. Os valores são registrados por Unidade Gestora Executora em cujo escopo haja registro de bens patrimoniais.

Cabe esclarecer que o método utilizado para os cálculos da depreciação nas citadas planilhas é o de quota constante, de acordo com a Macrofunção SIAFI 020330, item 47, que estabelece:

“O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional será o das quotas constantes, já que a informação deve ser consistente e comparável, devendo constar em notas explicativas”.

Para os citados cálculos, utiliza-se ainda os seguintes critérios:

- depreciação efetuada no mês seguinte ao da aquisição, e registro no SIAFI realizado na conta correspondente ao bem adquirido;
- vida útil mensal; e
- utilização das taxas definidas conforme Macrofunção SIAFI 020330.

6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Lei nº 10.180/2001 estabelece à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a incumbência de tratar de assuntos relacionados à apuração de custos na Administração Federal. O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC, gerenciado pela STN, entrou em operação entre os anos de 2011 e 2012 e, atualmente, abrange somente os órgãos superiores (ministérios).

O ICMBio faz utilização de todos os sistemas estruturantes do Governo Federal, e, portanto, na oportunidade em que o SIC tiver sua utilização ampliada para as unidades seccionais o Instituto certamente empregará o sistema.

Atualmente, no âmbito do ICMBio, o Sistema Integrado de Gestão – SIG-ICMBio é a ferramenta operacional utilizada para a gestão orçamentária do Instituto. Essa ferramenta é gerida pela Coordenação Geral de Planejamento Operacional e Orçamento - CGPLAN e pela Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação – CGFIN.

São registradas no SIG-ICMBio todas as informações relacionadas à execução orçamentária, contemplando desde a programação anual de cada contrato até os desembolsos mensais.

Através da estrutura denominada “sub-componente” e com a utilização da figura da Unidade Gestora Responsável – UGR, o ICMBio apropria os custos operacionais de funcionamento de cada uma de suas subunidades administrativas finalísticas, quais sejam, as Unidades de Conservação federais, os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e as Coordenações Regionais.

A utilização do “sub-componente” como elemento de ligação entre a programação orçamentária e a execução financeira e a apropriação de custos de cada unidade administrativa finalística através da estrutura de UGR permite que o ICMBio controle os custos de suas principais unidades.

6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Balanço Financeiro	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorios/BGU-BALANCO_FINANCEIRO - BF -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf
Balanço Orçamentário	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorios/BGU-BALANCO_ORCAMENTARIO - BO -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf
Balanço Patrimonial	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorios/BGU-BALANCO_PATRIMONIAL - BP -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf
Demonstração dos Fluxos de Caixa	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorios/BGU-DEMONSTRACOES_DOS_FLUXOS_DE_CAIXA - DFC -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf
Demonstração das Variações Patrimoniais	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorios/BGU-DEMONSTRACOES_DAS_VARIACOES_PATRIMONIAIS - DVP -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf

7- Áreas especiais da gestão

7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

O Quadro a seguir está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido por unidades integrantes da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e empresas estatais dependentes.

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		SIM	NÃO
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço: http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas.html	X	

Considerações gerais

Foram feitas atividades conjuntas com A3P (agenda ambiental da Administração Pública), inclusive coleta de lixo eletrônico em 2015 e coleta seletiva para a cooperativa de reciclagem ambiental Construir, de acordo com o Termo de Compromisso nº/11. O monitoramento de destinação de 2013 a 2015 pode ser obtido no *link* acima.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

Sugere-se que os itens 8.1 e 8.2, em conjunto, não ultrapassem o tamanho de 3 páginas

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Em atenção às determinações constantes do Acórdão 1206/2015 – Plenário TCU 006.762/2014-0 e Acórdão 3101/2013-Plenário TCU 034.496/2012-2, o ICMBio enviou ao TCU o Ofício n.º 12/2016-GABIN/PRESI, de 08/01/2016 (Digital SGDOC 20150140487), contendo informes sobre as ações e providências adotadas no exercício de 2015.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

A esse respeito extraímos trechos dos principais itens referentes à gestão do ICMBio, relativa ao exercício de 2014, constantes dos resultados dos trabalhos e dos achados de auditoria, do Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 201503373, elaborado pela Controladoria Geral da União.

Cabe frisar que muitas das deliberações e ações implementadas pelo ICMBio quanto aos itens apontados no citado relatório de auditoria estarão inseridas no bojo do plano de providências a ser entregue à CGU, merecendo a cabível validação por parte daquele órgão de controle.

Item “2.3 - Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

(...) o gestor menciona a criação do Sistema Integrado de Gestão Estratégico – SIGE – em 2012, o qual vem sendo utilizado no processo de gestão para Monitoramento dos indicadores e das metas institucionais.

Apesar de o Instituto ter aprimorado bastante os mecanismos para o estabelecimento e o monitoramento dos indicadores e das respectivas metas, verifica-se que há ainda bastante imprecisão nos números relativos àquelas metas (confronto entre o índice previsto e o índice observado), uma vez que 50% dos índices previstos não foram alcançados, sendo que em 36% deles, o erro percentual foi igual ou superior a 20%. Por outro lado, 36% dos índices previstos foram ultrapassados, com 18% deles superando o valor estipulado em 20% ou mais.

(...)

Além dos indicadores de desempenho operacionais, fruto da finalização e do aprimoramento do Mapa Estratégico da Autarquia, o ICMBio recebeu a incumbência de gerenciar o desempenho medido pela utilização dos indicadores constantes da metodologia desenvolvida pelo Tribunal de Contas da União – TCU para Avaliação do Índice de Implementação e de Gestão de Áreas Protegidas – Indimapa–, nos termos do Acórdão TCU 3.101/2013–Plenário.

(...)

Cabe frisar que se verificou que o ICMBio não incorporou tais indicadores para monitoramento das melhorias estruturais na gestão das Unidades de Conservação Federais. Essa fragilidade atinge o cerne da missão institucional do Instituto, uma vez que as Unidades de Conservação absorvem parte considerável das competências legais delegadas à Autarquia por sua lei de criação, a Lei nº 11.516/2007, independentemente de quaisquer dificuldades financeiras ou administrativas alegadas pelo gestor.

As informações apresentadas pelo gestor, relativamente ao que lhe foi questionado por meio do Ofício nº 0599/2014-TCU/SECEX Ambiental, de 07/10/2014, levam à manutenção de um panorama de dificuldades na gestão das UCs, pouco alterado desde a publicação do Acórdão TCU 3.101/2015 – Plenário.(...)

Conclusão

(...)

No que se refere às providências adotadas encaminhadas anteriormente, em que pesem as ações apresentadas pelos gestores, não há, ainda, muitos resultados concretos gerados em função do atendimento ao Acórdão, até pelo fato de que muitas das determinações demandam amplos ajustes estruturais na Autarquia, que, por sua vez demandam investimento de recursos e de tempo.”

Item “2.4 Avaliação da Gestão de Pessoas

Avaliação da substituição dos terceirizados

Desde sua criação, em meados 2007, o ICMBio apresenta déficit na área de recursos humanos, o que, em parte, o levou a buscar na terceirização de mão-de-obra um paliativo a essa carência, inclusive pela contratação para prestação de serviços inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da unidade.

(...)

Após a realização do concurso público, o Instituto publicou a Portaria ICMBio nº 432 de 15/09/2014 (DOU, Seção 2, nº 178 de 16/09/2014), contendo a nomeação de técnicos e analistas ambientais; e técnicos e analistas administrativos habilitados no concurso público autorizado por meio da Portaria MP nº 423, de 01/11/2013 (Edital ICMBio nº 1, de 10/01/2014).”

Item “2.5 - Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

A análise das aquisições e das contratações realizadas pelo Instituto Chico Mendes ocorreu tanto em relação ao que o ICMBio executa com recursos provenientes da lei orçamentária anual quanto em relação aos recursos que têm origem em doações internacionais, para a execução de projetos.

Dessa forma, além da realização de reuniões, foi elaborada uma amostra sobre os processos de contratação de serviços e de aquisição de bens que lograram chegar ao ponto de formalização do instrumento de contratação, com o fim de avaliar sua oportunidade e sua regularidade, tendo sido analisados processos de pregão (incluindo adesões a atas de registro de preços) e de dispensa de licitação que alcançaram o montante de R\$ 2.816.160,00 ou aproximadamente 11% do total contratado pela Sede do Instituto, não tendo sido identificadas irregularidades nos processos constantes da referida amostra.

(...)

Controles internos administrativos aplicados à gestão de compras

Apesar de as análises se restringirem aos processos autuados no âmbito da Sede da Autarquia, é importante registrar que as Unidades Avançadas de Administração e Finanças – UAAF vêm participando ativamente do processo de contratação de serviços e de aquisição de bens no ICMBio, por vezes extrapolando a idéia original de que elas concentrariam as demandas das unidades locais na região de sua localização geográfica.

(...)

Exemplificando, conforme consulta executada no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG/COMPRASNET – podemos verificar que, no exercício de 2014, o ICMBio atingiu o montante de R\$ 91.081.367,20 em contratação de serviços e aquisição de bens – incluindo-se neste

total os processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação – sendo que 28,49% desse valor, ou R\$ 25.949.044,10, foi realizado pela Coordenação Geral de Administração e Finanças, ou seja, pela Sede do Instituto; e os demais 71,51%, ou R\$ 65.132.323,10, pelas diversas UAAF.

(...)

Nesse contexto, foi identificada falha de planejamento relativamente às aquisições efetuadas diretamente por unidades desconcentradas do Instituto, entre as quais algumas Unidades de Conservação, pela ausência de estudos que permitam ao ICMBio mapear as reais necessidades daquelas unidades. Muitas vezes são adquiridos bens em desacordo com as especificações mínimas constantes do documento intitulado “Solicitação de Cotação”, o qual é autuado para formalizar a demanda, fato que expõe a fragilidade desses processos de aquisição, (...)

Aliado a isso, constatamos a reincidência de baixa execução em projetos financiados com recursos de doações internacionais, fato cuja gravidade é externada pela informação apresentada pelo próprio gestor no item 6.1.3.7 do relatório de gestão, intitulado “Análise crítica da realização da despesa (...)

Sob o aspecto do planejamento das compras e contratações, a Unidade encaminhou a seguinte manifestação em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria:

“O ICMBio está desenvolvendo o Sistema de Gerenciamento de Demandas - SGD o qual, conforme consta às fls. 40 do Relatório Preliminar de Auditoria, tem por objetivo:

“(...)organizar a gestão de solicitações relacionadas à aquisição de suprimentos, equipamentos, serviços e bens estruturais básicos para as Unidades Descentralizadas deste Instituto, subsidiando a avaliação, a priorização, o controle e o atendimento das demandas institucionais.

(...)”

(...)

Utilização de critérios de sustentabilidade ambiental.

Quanto à utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a Unidade informou que utiliza, nos seus procedimentos licitatórios e contratações, cláusulas que dispõem acerca de critérios de sustentabilidade a serem adotadas pelas empresas a fim de se promover o desenvolvimento nacional sustentável (...)

No entanto, verifica-se que aplicação de tais critérios ainda é incipiente na Autarquia, ao se considerar, ainda, que Unidade não elaborou e aprovou seu Plano de Gestão de Logística Sustentável.

É imprescindível repisar a urgência de a unidade de Auditoria Interna, independentemente das dificuldades que enfrenta, desempenhar, nessa concepção, o papel de controle interno ativo, acompanhando a área de compras e de contratações do Instituto, a fim de aprimorar os instrumentos atualmente disponíveis.”

Item “2.6 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Para avaliação da Gestão de TI no ICMBio, referente ao exercício 2014, os exames realizados concentraram-se nos aspectos relacionados à Governança de TI – incluindo avaliação do planejamento estratégico de TI, da política de segurança da informação e dos recursos humanos de

TI disponíveis –, bem como no acompanhamento das providências adotadas pela Unidade para atender às recomendações relativas à área de Tecnologia da Informação registradas no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306273.

Atendimento das recomendações da CGU relativas à área de TI

(...)

Destacando-se as ações que foram implementadas pelo Instituto para atendimento das recomendações, pode-se citar: i) a elaboração do regimento interno do comitê de TI; ii) a elaboração da POSIC e a disponibilização das atas do comitê de Segurança da Informação na intranet; iii) a substituição do email institucional “@icmbio.gov.br” dos funcionários terceirizados; e iv) a elaboração de levantamento do quantitativo de servidores necessários para área de TI.

No entanto, em que pese algumas recomendações terem sido atendidas no período, em relação aos temas mais críticos observados na gestão anterior - como o de recursos humanos e o de gestão dos contratos de TI -, avalia-se que as fragilidades relevantes permaneceram sem ações efetivas por parte do Órgão, não tendo sido observado avanço significativo nesses últimos dois anos.

(...)

Portanto, considerando que as recomendações mais relevantes e estruturais, as quais teriam impacto mais significativo na melhoria do setor de TI do Instituto, não foram completamente atendidas, avalia-se que não houve evolução na gestão de Tecnologia da Informação do ICMBio em comparação com os anos anteriores e, desta forma, percebe-se a necessidade de uma maior atenção por parte da alta direção do Órgão à área de TI.

Corroborando essa análise, vale mencionar a nota obtida pelo Instituto, em 2014, no Índice de Governança de Tecnologia da Informação (iGovTI), indicador criado pelo TCU com o objetivo de refletir a situação de governança de TI na Administração Pública Federal.

De acordo com a avaliação do TCU, o ICMBio obteve 0,33 pontos (numa escala de 0 a 1) no iGovTI, ficando abaixo da média geral das entidades avaliadas, que foi de 0,45 pontos. No comparativo com outros órgãos, o Instituto ocupa, no ranking geral de 372 organizações públicas, a 274ª posição. Já no grupo das 27 autarquias, a Unidade encontra-se na 23ª colocação.

Percebe-se, portanto, a necessidade do Instituto concentrar esforços a fim de dotar sua área de Tecnologia da Informação com os instrumentos e recursos necessários para sua adequada gestão, permitindo que esse importante setor possa contribuir efetivamente para o alcance das metas institucionais do ICMBio.

Governança de TI

Em relação aos aspectos relacionados à governança de TI, embora a Unidade possua os principais instrumentos previstos – quais sejam: um Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) e um Plano Diretor para o setor de TI (PDTI) –, a auditoria feita em 2013 avaliou como frágil o planejamento institucional de TI no ICMBio. As fragilidades identificadas referiam-se a um PDTI sem artefatos essenciais, à ausência de processo de monitoramento e avaliação da execução do PDTI e por um Comitê de TI não atuante, que não se reunia à época.

(...)

Vale ressaltar, também, que não foi implementado, conforme havia sido recomendado, o processo de acompanhamento e avaliação da execução do PDTI, com a elaboração periódica de relatórios executivos. É importante registrar que esse monitoramento das ações do PDTI faz parte das diretrizes contidas na Estratégia Geral de TI de 2011-2012 e de 2013-2015, a qual os órgãos integrantes do SISP1, como o ICMBio, estão vinculados.

(...)

Deste modo, é importante que o Comitê Gestor de TI assuma o papel para o qual foi criado e atue mais efetivamente, entre outros assuntos, na resolução dos problemas enfrentados atualmente pela área de TI.

Segurança da Informação

No que se refere aos itens relativos à Segurança da Informação, na avaliação realizada em 2013, verificou-se que, apesar da Unidade dispor de um Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC, não existia um documento formal contendo a Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC do Órgão. Outro ponto observado, relativo ao aspecto formal, foi a ausência do registro de memória das reuniões (atas) realizadas pelo Comitê.

(...)

Entretanto, conforme já recomendado, faz-se necessário que a Unidade publique e divulgue os procedimentos e normas específicas complementares previstos em sua Política de Segurança, com especial atenção à gestão de risco e à gestão de continuidade de negócio, com vistas a dar plena eficácia a sua POSIC.

Recursos Humanos e Estrutura Organizacional de TI

(...)

Vale ressaltar que este aspecto foi considerado o mais crítico por parte da equipe de auditoria da CGU, uma vez que sua deficiência, em termos quantitativos, qualitativos e estruturais, acaba repercutindo em todos os demais aspectos da Governança de TI.

(...)

Ainda em relação ao quadro de servidores de TI, vale destacar que o reduzido quantitativo é sempre citado pelo ICMBio como o principal fator que impacta negativamente em diversas atividades da área, como a não atualização do PDTI, a ausência de processo de monitoramento e avaliação da execução do PDTI, as falhas na gestão e fiscalização dos contratos de TI e a manutenção de contratos de TI caracterizados como de alocação de mão de obra, com pagamento por hora-trabalhada, modelo esse vedado pela legislação.

(...)

Avalia-se, portanto, que as medidas adotadas pelo Instituto foram insuficientes para mudar o quadro crítico que se encontra a área de TI, que se reflete, inclusive, na manutenção de falhas na gestão e fiscalização dos contratos de TI, com utilização de modelo de remuneração inadequado e com grande risco de haver pagamentos indevidos.

Assim, diante do quadro retratado, reitera-se a recomendação para que o ICMBio adote medidas no sentido de ocupar o setor de TI com quantitativo de servidores efetivos suficiente para exercer as atividades gerenciais e sensíveis - relacionadas ao planejamento, coordenação, supervisão e controle -, de modo a diminuir o risco de dependência do Órgão em relação a terceirizados e garantir que uma eventual substituição de fornecedor não acarrete perda de conhecimento essencial ao Instituto.

(...)

Contratação de Bens e Serviços de TI

Quanto ao aspecto relacionado às contratações de bens e serviços de TI, o escopo da presente análise foi avaliar, conforme já citado, a implementação das recomendações emitidas em decorrência da auditoria realizada em 2013, a qual abordou questões relativas ao planejamento de contratações de TI e sua aderência às normas legais (destaque à IN nº 04/2010), bem como questões relativas à gestão e fiscalização dos contratos de bens e serviços de TI.

(...)

Entre as falhas observadas, que subsidiaram essa avaliação, pode-se citar: I) quanto ao planejamento: a) ausência dos artefatos de planejamento previstos nesta etapa (análise de viabilidade da contratação, estratégia da contratação, análise de riscos e plano de sustentação); II) quanto à gestão contratual: a) ausência da definição formal dos fiscais técnico, requisitante e administrativo; b) ausência de registro formal do histórico de gerenciamento do contrato; c) não apuração dos níveis de serviço dos contratos; e III) quanto ao processo de fiscalização dos contratos: a) emissão de Ordens de Serviço - OS sem requisitos essenciais; b) não elaboração do Termo de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo; e c) ausência de participação da área de negócio no recebimento dos serviços.

Além das fragilidades expostas acima, cabe destacar a irregularidade encontrada na execução dos contratos nº 84/2011 (Central IT) e contrato nº 125/2010 (CTIS). Nesses, constatou-se que, apesar do Instituto ter adotado um modelo de contratação onde as OS seriam abertas com a definição de tarefas e atividades, na prática, tal contratação acabou por se caracterizar como de disponibilidade de mão de obra, com pagamentos não vinculados a resultados ou a um produto específico, mas sim a quantidade de horas trabalhadas, modelo esse que é vedado pela legislação em vigor.

(...)

Nesse sentido, em relação à situação das principais recomendações, cabe registrar:

a) A prorrogação e manutenção por mais dois anos, desde a auditoria de 2013, dos contratos nºs 84/2011 e 125/2010, executados de forma contínua nas dependências do Instituto e caracterizados como de mera alocação de mão de obra, cujo pagamento é feito por hora-trabalhada.

(...)

Portanto, dada a gravidade da situação relatada, deve a alta administração do Órgão priorizar ações com intuito de substituir, o mais breve possível, o seu modelo vigente de contratação, com pagamento por hora trabalhada e com contratos do tipo “guarda-chuva”, o qual não encontra amparo legal.

Nesse sentido, cabe destacar que como a vigência dos dois contratos citados já estão no limite legal de cinco anos, não podendo serem prorrogados novamente, deve o ICMBio concentrar esforços e iniciar o adequado planejamento das novas contratações, evitando remunerar as empresas por horas trabalhadas.

Por fim, um ponto que merece atenção foi a informação passada pelo ICMBio, após a apresentação do relatório preliminar desta auditoria, de que o Instituto está caminhando para realizar uma nova contratação, novamente por meio de adesão, como carona, de uma ata de registro de preço do TSE (ARP nº 112/2014), visando substituir o seu contrato nº 125/2010 com a empresa CTIS, que expira em 2015.

Sem entrar no mérito da adequação dessa adesão por parte do ICMBio, uma vez que não foi analisado o planejamento do Instituto que embasaria a possibilidade de adesão à referida ata, dois aspectos valem registro em relatório:

- 1) a empresa vencedora da ARP nº 112/2014 do TSE é a CTIS, mesma empresa que detém atualmente o contrato nº 125/2010 do ICMBio que será o substituído;
- 2) em breve análise do termo de referência da Ata do TSE, observa-se que a métrica de remuneração é a Hora de Serviço Técnico – HST, contendo uma cartela de serviços pré-definidos e perfis dos profissionais requeridos que, a princípio, não se adequariam às necessidades do ICMBio(...)

Portanto, em função de todas as falhas já expostas em relação às contratações de TI da Unidade, que foram identificadas há dois anos e se mantiveram nesse período, cabe alertar ao gestor responsável pelas contratações de serviços em TI para a necessidade de, previamente à adesão de atas de registro de preços, elaborar termo de referência próprio contendo todas as necessidades da Unidade, devendo conter, especialmente: i) diagnóstico da necessidade administrativa; ii) caracterização do objeto a ser adquirido e iii) motivação técnica capaz de justificar a contratação e demonstrar a compatibilidade da necessidade do Instituto com aquele existente no objeto da ata de registro de preço, sem qualquer direcionamento ou emprego de critério subjetivo.

b) Não implementação de instrumentos de controles para comprovação do quantitativo de horas trabalhadas pelos funcionários das empresas.

(...)

Assim, verifica-se que os pagamentos não são baseados no quantitativo de horas presentes no RedMine e, conseqüentemente, o Instituto continua realizando pagamentos por hora trabalhada sem dispor de qualquer instrumento de controle dessas horas para validar as informações passadas pela empresa, o que implica em risco considerável do Órgão realizar pagamentos indevidos.

(...)

Conclusão

(...)

Deste modo, faz-se necessário que a alta administração do ICMBio passe a participar mais ativamente dos principais aspectos da Governança de TI do Instituto, concentrando esforços e priorizando ações com o objetivo de mitigar as falhas verificadas na gestão de TI, de modo a fazer com que a área de TI cumpra com sua missão de apoiar, com a devida qualidade e eficiência, o ICMBio no alcance de suas metas institucionais.”

Item “2.7 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário

(...)

Assim, foi solicitado ao gestor informar sobre os eventuais resultados obtidos e sobre as reuniões realizadas, até o momento, pelos integrantes do grupo de trabalho conjunto – composto por servidores das duas Autarquias –, os quais foram designados por meio da Portaria DIPLAN/IBAMA e DIPLAN/ICMBIO nº 01, de 08/08/2014, com o objetivo de estabelecer, por meio de Plano de Ação, “princípios e diretrizes para orientar a transferência dos bens móveis e imóveis do IBAMA para o ICMBio, envolvendo critérios para a sua otimização, a fim de cumprir, conforme mencionado na introdução do relatório de gestão”.

(...)

Como anexo, o gestor encaminhou o plano de ação que, além do cronograma dos trabalhos transcrito acima, estabelece os seguintes critérios para a transferência e para a regularização:

“Bens Móveis

Situação: Inventário realizado entre 2007 e 2008, sem o recebimento definitivo pelo ICMBio.
Proposta: recebimento definitivo pelo ICMBio, com base no atesto dos gestores das unidades descentralizadas, condicionado à imediata atualização do inventário e registro contábil.

As pendências serão analisadas caso a caso.

Bens Imóveis

Critério Geral: Todos os imóveis que estão no limite das unidades de conservação serão transferidos de imediato para o ICMBio.

Os imóveis que extrapolam os limites das UC, mas estão ocupados pelo ICMBio, serão analisados caso a caso, para definir a pertinência de instruir processo de cessão de uso, em conformidade com o interesse das partes, consultadas as Coordenações Regionais do ICMBio e unidades afetas”.

Diante das informações apresentadas pelo gestor, verifica-se que a despeito do lapso temporal transcorrido desde a criação do Instituto Chico Mendes, em 2007, e dos sucessivos trabalhos de auditoria que vêm apontando essa necessidade de regularização patrimonial entre as duas Autarquias, não foi ainda no decorrer do exercício de 2014 que o gestor logrou sanear essa determinação estabelecida na lei que criou o ICMBio.

Verifica-se ainda, que o Instituto vem adotando providências nesse sentido, em atendimento às recomendações emitidas pela CGU, muito embora seja importante registrar que o cronograma estipulado pelo grupo de trabalho conjunto estabelece o final do exercício de 2015 como data limite para conclusão do processo de regularização.”

Item “2.9 - Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

(...)

O escopo do trabalho ficou restrito às recomendações emitidas por meio do Relatório de Auditoria de Contas referente ao exercício de 2013 (201406685) e o atendimento das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria de Contas referente ao exercício de 2012 (201306273) relacionadas à Gestão de Tecnologia de Informação.

Em consulta ao Sistema de Acompanhamento de Recomendações da CGU, verificamos a existência de 11 recomendações em monitoramento, referente ao Relatório de Auditoria nº 201406685, (...)

A partir da análise efetuada no presente trabalho, 3 (três) recomendações foram atendidas das 11 (onze) que se encontravam pendentes”

ACHADOS DE AUDITORIA

1 RECURSOS EXTERNOS

1.1 BIRD

1.1.1Aquisição de Bens, Obras e Serviços

1.1.1.1 Constatação: Falha de planejamento - especificações de bens e de serviços superestimadas

A Solicitação de Cotação constante do processo 02143.000105/2013 - 92 define o bem a ser adquirido como “Trator agrícola 4x4. Especificação mínima: Motor – potência 60 CV, rotação 2.200 RPM, 3.900 Cilindradas, 4 cilindros. Sistema de freio com discos banhados em óleo, serviço hidráulico. Transmissão sincronizada com reduzida. Sistema hidráulico – capacidade do levante 2.500 Kg. Vazão máxima da bomba hidráulica 28l, controle do levante mecânico. Sistema elétrico: tensão 12 V– bateria 95 ah. Pneus dianteiro 14.9.24 R2, traseiro 23.1-26 R2” (grifo original).

No entanto, da análise do processo, verificou-se que foi adquirido um trator com itens em desacordo com as especificações mínimas, entre as quais: 2.977 cilindradas (23% ou 903 cilindradas a menos) e capacidade do levante de 1.300 Kg (48% ou 1.200 Kg a menos)

(...)

Constata-se que não foi realizado estudo para identificar as reais necessidades do PARNA em previamente à caracterização do equipamento a ser adquirido.

(...)

Além do processo mencionado acima, foi analisado o processo 02145.000027/2014-97, originado no PARNA Serra do Cipó, que trata da aquisição de computador para executar atividades de geoprocessamento do PARNA.

Entre outros itens, foi especificada a necessidade de uma placa de vídeo com 4GB. Contudo, uma das empresas apresentou proposta com placa de vídeo de 3GB e foi considerada vencedora, pelo fato de seu preço ter sido proporcionalmente inferior aos constantes das demais propostas apresentadas, que se ativeram às especificações definidas pela UC.

(...)

Outro processo analisado, o de nº 02169.000028/2014-63, visa à contratação de dois instrutores para um curso de formação de grupo voluntário de busca e salvamento da Chapada dos Veadeiros.

Foi solicitada a apresentação de proposta de orçamento para realização do treinamento por meio de duas turmas, uma em Alto Paraíso de Goiás (de 17 a 22/11) e outra em Distrito de São Jorge (de 24 a 29/11).

No entanto, não havia interessados em número suficiente para a formação de duas turmas, conforme havia sido solicitado e contratado, tendo ocorrido apenas o treinamento previsto para a semana de 24 a 29/11.

Esse é mais um exemplo de demanda superestimada, em decorrência da deficiência da etapa de planejamento da contratação.

É inadiável a necessidade de que se proceda a estudos mínimos para identificação das reais necessidades das UC antes de se proceder à autuação de processos para aquisição de bens e de serviços.

(...)

Recomendação: Em face do exposto, recomendamos ao ICMBio que promova os esforços necessários ao aprimoramento do planejamento; à identificação das necessidades da Autarquia; e à capacitação do pessoal incumbido da elaboração de especificações para as novas contratações de serviços e aquisição de bens, encaminhando à CGU relato das providências adotadas.

2.1 CONTROLES INTERNOS

2.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

2.1.1.1 Constatação: Ausência de resposta à maioria dos expedientes encaminhados pela CGU e encaminhamento de documentos sem a integralidade das informações requeridas, que contribuem para a morosidade no trato de demandas disciplinares.

Conforme disposto no art. 2º, I, do Decreto nº 5.480/2005, a Controladoria-Geral da União é o Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, com competência para gerir e exercer o controle técnico das atividades correicionais desempenhadas no âmbito do Poder Executivo Federal, coordenar as atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição, avaliar a execução dos procedimentos relativos às atividades de correição, definir procedimentos de integração de dados, dentre outras competências listadas no art. 4º do normativo mencionado.

(...)

Dos 70 expedientes encaminhados pela CGU, 32 representam o quantitativo de pedidos e 38 representam as reiterações feitas pelo órgão de controle, ante a ausência de manifestação da unidade auditada. Aponta-se, em especial, para os processos nº 00190.501384/2012-35, 00190.500650/2014-74 e 00190.504339/2014-02, que não receberam nenhuma resposta por parte do ICMBio.

Salienta-se que, com a ausência de respostas e com o encaminhamento de documentos sem a integralidade das informações requeridas, há processos que se arrastam há cerca de sete anos sem uma conclusão, o que implica em má gestão de recursos humanos, de tempo e de dinheiro público.

(...)

Assim, verificou-se que a ausência de resposta aos expedientes da CGU, bem como o encaminhamento de documentos sem as informações requeridas, é prática recorrente no âmbito do ICMBio.

Inicialmente, as demandas de cunho disciplinar eram tratadas no setor de Auditoria do ICMBio. Com o Ofício nº 002/2013-CORREG/ICMBio, de 16/09/2013, encaminhado como resposta aos processos nº 00190.005210/2007-89 e 00190.042771/2009-21, foi informado que a Unidade estava estruturando setor próprio de Corregedoria. Ocorre que, decorridos cerca de dois anos do citado documento, verifica-se a manutenção dos problemas estruturais e de gestão no trato das demandas disciplinares.

(...)

Considerando a manutenção das deficiências no trato das demandas disciplinares, é necessário que a Autarquia busque implementar melhorias em sua área disciplinar, com a expansão e a capacitação de seus recursos humanos e o aprimoramento dos fluxos de trabalho, de modo a prestar esclarecimentos tempestivos e completos aos expedientes encaminhados pela CGU.

Recomendação 1: Realizar levantamento dos expedientes recebidos e não respondidos, para o posterior encaminhamento das informações e dos documentos faltantes à CGU, no prazo de 60 dias.

Recomendação 2: Estruturar a área responsável pelo atendimento das demandas da CGU, com recursos humanos suficientes e capacitados, de forma a evitar novos atrasos e omissões no encaminhamento de respostas.

2.1.1.2 – Constatação: Deficiência no cadastramento e atualização de processos disciplinares junto ao Sistema CGU-PAD.

(...)

Visando intensificar e fortalecer a atividade de correição, a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007, estabeleceu que as informações relativas a processos disciplinares instaurados no âmbito de órgãos e entidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal deverão, obrigatoriamente, ser gerenciadas por meio do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU-PAD.

(...)

Nesse sentido, entende-se que as providências adotadas para solução das situações, expostas na presente constatação, foram insuficientes ou escassas, haja vista o lapso temporal existente.

(...)

Recomendação: Realizar levantamento dos processos disciplinares desatualizados e não registrados no Sistema CGU-PAD, para proceder à atualização e cadastramento dos feitos, com a inclusão das principais peças processuais, tais como relatório final, parecer jurídico, julgamento, portarias e atos que alteram o resultado dos processos, no prazo de 60 dias.

8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Este Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade atende a orientação do art. 5º da Lei 8.666/1993, sendo utilizada nas suas licitações a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no artigo 42 da referida Lei.

O pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo disponibilidade de fonte diferenciada de recurso e a disponibilidade orçamentária.

A correção dos valores é realizada com base nos critérios previstos no ato convocatório, sendo as mesmas dotações orçamentárias que atenderam os créditos quando há disponibilidade orçamentária.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem, para obras e serviços de engenharia o valor de R\$ 15.000,00 e outras compras e serviços o valor de R\$ 8.000,00, são efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura, ressalvada a disponibilidade orçamentária e fonte de recurso financeiro.

9- Anexos e apêndices

9.1- Complemento da visão por coordenação regional

Esse item complementa as informações constantes do item 2.3.2- Ambiente de atuação das Unidades Descentralizadas do ICMBio, descrevendo o ambiente de atuação representativo de cada Coordenação Regional (CR). Devem ser apresentadas as informações requisitadas para cada CR sob os seguintes aspectos: i. Descrição geral; ii. Adversidades; iii. Riscos; iv. Estratégia de enfrentamento e v. Mudanças ocorridas.

Coordenação Regional em Porto Velho/RO – CR-01

Descrição geral

A Coordenação Regional da 1ª Região em Porto Velho/RO abrange 35 (trinta e cinco) Unidades de Conservação federais nos estados do Acre (11 UC), Rondônia (14 UC), Sul do Amazonas (09 UC) e Mato Grosso (Parque Nacional do Juruena), totalizando 17.592.430 hectares.

Adversidades

- Número reduzido de servidores: Atualmente o reduzido número de servidores lotados nas UC da CR-01 está muito ligado à falta de políticas de fixação de servidores federais na Amazônia. Quadro comum a todas as instituições federais, os servidores federais do ICMBio não recebem gratificações de interioridade ou por área fronteira, adicional de periculosidade e/ou penosidade. Não há estímulo à permanência por tempo determinado, entre outras políticas de pessoal que viabilizariam a vinda de servidores de outras regiões para atuar nas 35 UC sob responsabilidade da CR-01. As unidades de conservação localizadas na esfera de atuação da CR-01 possuem dimensões significativas (17.592.430 hectares), porém com crônica escassez de servidores, numa proporção de 262.573 hectares para cada servidor estável do ICMBio.
- Diminuição dos recursos financeiros: O orçamento disponível anualmente é insuficiente para atender as demandas de todas as atividades administrativas e finalísticas do órgão, gerando grandes vazios de atuação do ICMBio na região. Essas unidades dependem de recursos humanos e/ou econômicos para realizar a proteção e integração com a comunidade, fazendo frente aos profundos impactos da ação antrópica, ocasionadas pelo modelo econômico adotado, caracterizado principalmente pela substituição do extrativismo pela pecuária e extração seletiva de madeira, entre outros problemas. A grilagem de terras foi acentuada ao longo dos últimos anos, motivada pela diminuição de terras públicas disponíveis para assentamentos, entre outros motivos.

Riscos

O maior risco para as Unidades de Conservação federais é a perda de biodiversidade, aliada à alteração do modo de vida das populações tradicionais, que optam por novos modos de produção (pecuária, extração de madeiras, monoculturas, etc). Percebe-se um preocupante acréscimo de populações não-tradicionais em UC de Uso Sustentável, que estão aos poucos adquirindo ilicitamente terras no interior de unidades de Conservação para atividades de pecuária, extração madeireira e agricultura.

Estratégia de enfrentamento

- Aproximação com os demais atores envolvidos na gestão de UC: associações, sociedade civil, governos estaduais e municipais, além de um estreitamento na atuação entre os diversos órgãos federais, como ICMBio, IBAMA, FUNAI, INCRA, MAPA, entre outros.
- Definição clara quanto a temas considerados delicados, como pecuária, monoculturas, o papel das associações na compra e venda de áreas em UC de Uso Sustentável, entre outros temas considerados fundamentais pelos gestores para definir estratégias de combate ao desmatamento, aumento da expectativa de geração de renda para as comunidades, entre outros aspectos.
- Maior envolvimento do ICMBio na discussão e propostas de melhorias nas cadeias produtivas que envolvam população residentes e do entorno das UC;
- Criação de estratégias de captação de recursos para o pagamento por serviços ambientais;
- Criação de bancos de dados que possibilitem o fluxo de informações georreferenciadas sobre cada Unidade de Conservação do país, incluindo UC estaduais e municipais;

- Realização de concursos públicos para dotar o ICMBio de corpo técnico mínimo para fazer frente às demandas de gestão das unidades de conservação federais;
- Aporte de recursos para gestão das Unidades de Conservação;
- Apoio à criação de cargos por prazo determinado para atuação em áreas finalísticas do ICMBio.

Mudanças ocorridas

- Incremento no controle do desmatamento em Unidades de Conservação federais, que ao longo dos anos diminuíram significativamente seus índices totais;
- Apoio à criação de projetos de geração de renda para as comunidades diretamente afetadas pela criação e/ou existência de Unidades de Conservação;
- Estão sendo construídos arranjos para a aproximação de instituições de pesquisa, proteção, cadeias produtivas, entre outros, que possibilitam uma gestão mais próxima da sociedade;
- Pequenas iniciativas para a criação de programas de monitoramento da biodiversidade, ecoturismo, geração de renda através de manejo de fauna e flora silvestre;
- Ampliação do programa ARPA, que atua em 18 UC da CR-01, possibilitando uma significativa melhoria nos processos de gestão, permitindo um trabalho mais homogêneo e integrado entre as Unidades de Conservação, tendo reflexos positivos na gestão das UC da CR;
- Apesar da baixa execução do projeto de Gestão Florestal do KFW, há possibilidades de melhoria e avanço nos indicadores de execução do projeto criado para algumas Florestas Nacionais da Amazônia Legal.

Coordenação Regional em Manaus/AM – CR-02

Descrição geral

A Coordenação Regional 02 abrange os Estados de Roraima e Amazonas, com exceção do sul do Amazonas. Possui 28 Unidades de Conservação vinculadas, sendo 8 UC em Roraima e 20 no Amazonas. A coordenação tem sede na cidade de Manaus/AM e possui 6 Analistas Ambientais lotados, 1 Técnica Ambiental, 1 PFE, 2 estagiários, 1 Técnica Administrativa e 2 servidores anistiados da CONAB.

Adversidades

- Número de servidores insuficiente por Unidade de Conservação;
- Falta de recursos financeiros para a execução das atividades;
- Sede de UC de difícil fixação de servidores;
- Aumento do pedido de abertura de processos de remoção por motivos de doenças psiquiátricas, relacionadas ao isolamento e/ou distância da família;
- Unidades de Conservação de difícil acesso, onerando a logística de trabalho;
- Falta de estrutura nas UC;
- Falta de parcerias; e
- Falta de adequação dos contratos nacionais à realidade amazônica.

Riscos

- Evasão de servidores;
- Baixa implementação das UC;
- Servidores desmotivados; e
- Baixo conhecimento “in loco” da UC, causando uma gestão deficiente.

Estratégia de enfrentamento

- Busca por parcerias;
- Apoio do Programa ARPA para a implementação das UC; e
- Adequação do planejamento das UC à realidade financeira.

Mudanças ocorridas

- Chegada de novos servidores (Técnicos Ambientais) por meio de concurso público.

Coordenação Regional em Santarém/PA – CR-03

Descrição geral

A Coordenação Regional 03, desde 2008 tinha sua sede administrativa na cidade de Itaituba. A partir de 2012, houve a transferência para a cidade de Santarém, na tentativa de aproximar a sede a outras entidades da administração pública (Justiça Federal, MPF, PF, PRF, SEMA, INCRA, etc) que tem relações administrativas muito próximas e em alguns casos imediata.

Atualmente a Coordenação Regional 3ª Região possui 24 (vinte e quatro) Unidades de Conservação sob sua jurisdição, somando pouco mais de 18 (dezoito) milhões de hectares, todas localizadas no oeste paraense. As UC estão organizadas em 5 (cinco) Bases de Gestão a saber: Porto Trombetas, Santarém, Itaituba, Altamira e Porto de Moz. É uma das regiões de maior conflito ambiental e fundiário do país, motivo pelo qual o ICMBio aqui representado possui grande visibilidade na região, constituindo-se de extensão administrativa da Sede que precisa ser fortalecida principalmente no que se refere a estruturação de sua sede administrativa e aumento do quadro de servidores.

Adversidades

A sede da Coordenação Regional está localizada em Santarém/PA e conta atualmente com apenas 3 (três) servidores incluindo o Coordenador Regional e seu Substituto. Desde a criação do ICMBio a CR-03 nunca superou o montante de 3 servidores. Isso é preocupante, uma vez que ao longo dos anos a tendência no Instituto foi de passar mais atribuições para as CR, sem, contudo, estruturá-las, o que acaba tendo mais consequências para as Regionais com poucos servidores, como é o caso da CR-03.

A base de Gestão de Itaituba/PA que conta com mais de 30 servidores, (12 UC) está nas dependências de um antigo prédio do IBAMA, que foi transferido para o ICMBio e constitui-se numa estrutura precária de acomodação. A região da BR-163 figura como uma das regiões com maiores taxas de desmatamento. Estatísticas passadas mostravam que cerca de 70% de todo desmatamento ocorrido em unidade de Conservação federal concentrou-se nas UC ao longo da BR-163.

A maioria das UC do oeste paraense, principalmente aquelas localizadas ao longo do eixo da BR-163, foram criadas em 2006. Importante lembrar que os índices de desmatamento nesses anos anteriores a 2006 eram bastante elevados. Portanto, uma forma de frear o desmatamento na época e trazer para a legalidade principalmente a indústria madeireira foi a criação de uma série de UC com um viés não somente preservacionista, mas também econômico, ou seja, a criação da política de concessões florestais. Não por acaso priorizou-se a criação de Florestas Nacionais.

Decorridos cerca de 10 (dez) anos, observa-se que essa política teve seu mérito apenas na redução dos desmatamentos, embora ainda elevados, principalmente pela ação de comando e controle do ICMBio e IBAMA, e não por ações de promoção da legalização o setor madeireiro através da política de gestão de florestas. Observa-se que a disciplinarização da indústria madeireira na região não avançou a contento - somente agora as concessões estão de materializando -, porém as medidas de contenção ao desmatamento e exploração ilegal de madeira se intensificaram, principalmente através das ações de fiscalizações, o que vem gerando enormes conflitos (inclusive enfrentamento armado com agentes do ICMBio) e pressões políticas pela desafetação de algumas dessas UC.

Associado a isso há também as grandes obras estruturantes como, por exemplo, um complexo hidroelétrico para ser implantado na região da BR-163 e o asfaltamento da BR-163, no qual suas externalidades podem trazer impactos às UC. Portanto, é preciso fortalecer e estruturar (construção da sede, serviços de secretariado, etc) a sede do ICMBio em Itaituba.

A Base de Gestão de Altamira concentra 5 Unidades de Conservação, sendo 3 (três) RESEX, 1 (um) PARNA e 1 (uma) ESEC. Funciona atualmente em um espaço cedido pelo IBAMA. Muitas das externalidades da construção da hidrelétrica de Belo Monte trouxeram impactos indiretos nestas UC, principalmente pesca. Principais problemas são desmatamento, a grilagem de terras públicas e sobreposição com assentamentos do INCRA.

A Base de Gestão de Porto Trombetas está numa situação crítica em relação ao quadro de servidores. São duas importantes Unidades de Conservação (REBIO Trombetas e FLONA Saracá-Taquera), que demandam uma carga de trabalho bastante complexa (mineração, sobreposição populações quilombolas, concessões florestais etc) e que exige um reforço no quadro de servidores.

A Base de Gestão de Santarém, além da sede da Coordenação Regional e da Procuradoria Federal Especializada, abriga também duas Florestas Nacionais e duas RESEX. Atualmente duas dessas unidades (FLONA Mulata e RESEX Renascer) possuem apenas um servidor e estão ainda sem seu principal instrumento de gestão que é o Plano de Manejo. A FLONA Tapajós, e RESEX Tapajós Arapiuns administram um conflito parecido que é a criação de Terra Indígena sobrepondo essas unidades de conservação.

A base de Gestão de Porto de Moz comporta a RESEX Verde Para Sempre. Esta UC fazia parte antigamente da Base de Altamira, contudo em função de reiteradas solicitações dos próprios comunitários, bem como de tornar mais próximo a gestão da UC, transferiu-se a sede para o município de Porto de Moz. A sede funciona nas dependências de um parceiro local que cede espaço para a administração da UC. Há problemas com grilagem de terras pública, exploração madeireira e pesqueira.

Riscos

Diante do contexto apresentado, os riscos são de conflito armado na região da BR-163, desafetação e recategorização das UC, titulação de território quilombola e homologação de Terra Indígena sobre Unidades de Conservação.

Estratégia de enfrentamento

Santarém (CR-03; FLONA Tapajós; RESEX Tapajós Arapiuns; FLONA de Mulata e RESEX Renascer):

- Construção de sede definitiva para a Coordenação Regional e as unidades (FLONA Tapajós, RESEX Tapajós-Arapiuns, RESEX Renascer e FLONA de Mulata), proposta realizada ao Fundo Amazônia;
- Ampliar o contrato de serviços;
- Elaborar os Planos de Manejo da RESEX Renascer e da FLONA de Mulata e revisar o Plano de Manejo da FLONA Tapajós;
- Encaminhar com o Termo de reciprocidade com a TNC;
- Ampliar a equipe de servidores da CR-03, com adoção de cargos de DAS e posteriormente concurso público.

Itaituba (Bloco 1 – FLONA Amana; PARNA Amazônia / Bloco 2 - FLONA Itaituba I e II; FLONA Trairão; PARNA Jamanxim / Bloco 3 – APA Tapajós; FLONA Crepori / Bloco 4 – FLONA Altamira; FLONA Jamanxim; REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo; PARNA Rio Novo):

- Finalizar a construção da sede das UC;
- Consolidar o modelo de gestão integrada;
- Acompanhar os processos hidrelétricos e minerais;
- Elaborar os Planos de Manejo do PARNA Rio Novo, PARNA Jamanxim e APA do Tapajós e revisar o Plano de Manejo do PARNA da Amazônia;
- Acompanhar os projetos de lei para desafetação das unidade da BR-163, em especial FLONA Jamanxim e REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo;
- Substituir os 2 cargos comissionados de DAS 101.1 para DAS 101.2 das UC do Blocos 2 e 4;

Altamira (RESEX Rio Xingu; RESEX Rio Iriri; RESEX Riozinho do Anfrísio; PARNA Serra do Pardo e ESEC Terra do Meio):

- Finalizar o processo de cessão do terreno do IBAMA e construir a sede das unidades com recursos já disponíveis de compensação;
- Consolidar o modelo de gestão integrada;
- Incrementar quantitativo de servidores nas UC;
- Ampliar a destinação da Compensação Ambiental de Belo Monte;
- Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população das RESEX;

Porto de Moz (RESEX Verde para Sempre):

- Elaborar o Plano de Manejo da RESEX Verde Para Sempre;
- Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população da RESEX;
- Cessão do Terreno da Aeronáutica para construção da sede da UC;

Porto de Trombetas (REBIO do Rio Trombetas e FLONA Saracá-Taquera):

- Elaborar a revisão do Plano de Manejo da FLONA Saracá-Taquera;
- Definir a respeito do processo judicial de titulação de territórios quilombolas no interior da FLONA e da REBIO Trombetas;
- Dar continuidade ao Termo de Reciprocidade com a Mineração Rio do Norte.
- Incrementar quantitativo de servidores nas unidades;

Mudanças ocorridas

Operações nacionais de fiscalização contínuas ao longo do ano na região da BR-163;
 Concurso específico para lotação de servidores em Itaituba;
 Processos fundiários instruídos e em fase final de decisão, inclusive com Intimação pela Presidência do ICMBio;
 Mudança da sede da Coordenação Regional de Itaituba para Santarém;
 Inclusão de mais duas Unidades de Conservação sob a jurisdição da Regional 3ª Região no ARPA;
 Criação da PFE vinculada à CR-03.

Coordenação Regional em Belém – CR-04**Descrição geral**

A Coordenação Regional do ICMBio em Belém – CR-04 responde por 37 Unidades de Conservação, entre os Estados do Amapá, Pará, Maranhão e Tocantins. A Coordenação Regional é uma das 4 Coordenações do Bioma Amazônico e dentre todas as CR, a com o maior número de Unidades de Uso Sustentável, principalmente Reservas Extrativistas, contemplando diversos tipos de territórios de conservação, desde todas as UC federais do Estado do Amapá, as UC do Arquipélago do Marajó, as UC litorâneas do Estado do Pará e Maranhão (Resexs Marinhas), as UC do Sudeste do Pará, em Carajás, onde encontram-se os maiores empreendimentos minerais no interior de Unidade de Conservação, as Resexs de Babaçu no interior do Maranhão com enormes conflitos fundiários e a Reserva Biológica do Gurupi no Maranhão, uma das Unidades mais ameaçadas do Brasil, do Bioma Amazônico.

Adversidades

Diante da diversidade de territórios de gestão desta CR-04, são inúmeros assuntos e complexidades de temas diferentes das unidades da CR, poucos indicadores conseguem medir seu grau de dificuldade e se consegue ter parâmetros para comparação até mesmo entre as unidades da mesma CR. No entanto, não temos como deixar de mencionar que a nossa maior adversidade é a área administrativa: a grande carência de recursos nas UC da Amazônia. Apesar dos muitos avanços nas Unidades de Conservação com a criação do ICMBio, o cenário político econômico do país não têm colaborado para o enfrentamento das principais questões ambientais e isso tem afetado diretamente ao órgão, sobretudo pelos cortes orçamentários a cada ano. Sem as condições de se manter as estruturas do ICMBio, com frotas de veículos sucateada, locais de trabalho praticamente insalubres e o número de servidores insuficiente, principalmente pela dificuldade de fixação de servidores na maioria das UC da Amazônia

Outra adversidade é a ausência de uma estratégia de comunicação interna que consiga permear todos os setores do ICMBio e atenda toda a complexidade de gestão e a diversidade de Unidades de Conservação. A comunicação externa também falha em mostrar para as pessoas o que é o ICMBio e a importância de sua atuação.

Riscos

Os maiores riscos que podemos inferir é a perda do controle sobre as UC, sobretudo para atender cada vez mais aos interesses dos diversos setores da economia. Há também risco de perder a confiança conquistada ao longo desses anos dos parceiros e comunidades em contato direto com o ICMBio, principalmente o público extrativista, que atualmente são co-gestores das RESEX.

Outro risco é instabilidade política do país e a conseqüente insegurança política e jurídica, que dificulta a assumir compromissos e atrapalha o planejamento do órgão.

Estratégia de enfrentamento

No caso das Coordenações Regionais, a principal estratégia seria o seu fortalecimento como instancias representativas do ICMBio em escala regional, dotadas de estrutura e empoderadas para atender a demandas crescentes.

Nas UC, cada situação requer um tipo de estratégia. A tentativa de reorganizar os arranjos territoriais das UC é interessante. No entanto, cada arranjo deverá ser discutido de forma mais detalhada com as UC. Ademais, é fundamental prover condições mínimas como servidores, estrutura e recursos às unidades.

O envolvimento da sociedade na gestão das UC e sua participação como voluntários é uma estratégia muito interessante e deve ser adotada como prioritária.

As estratégias de comunicação também devem ser definidas e adotadas como prioritárias para a melhora da gestão e envolvimento da sociedade, entendendo que as UC são um dos principais patrimônios de todos os brasileiros e seus órgãos gestores são essenciais para o desenvolvimento do país de forma sustentável.

Mudanças ocorridas

Desde a criação do ICMBio é notória a melhoria nas UC. Os resultados e as conquistas alcançadas devem-se, no entanto, muito ao perfil dos servidores que estão à frente das unidades. A relação com a sociedade vem se estreitando, principalmente com as instituições de pesquisa, ensino, municípios e setor privado. Houve aproximação com as comunidades e construção de um bom diálogo com sociedade. No entanto, nos últimos anos houve retrocesso devido aos cortes e dificuldades financeiras do ICMBio. Problemas estruturais vêm se agravando e podem comprometer tudo o que foi conquistado ao longo desses anos de trabalho do ICMBio.

Coordenação Regional em Parnaíba/PI – CR-05**Descrição geral**

A CR-05 localiza-se na cidade de Parnaíba/PI, epicentro entre as capitais nordestinas do Ceará, Piauí e Maranhão, junto à sede de mais 3 Unidades de Conservação vinculadas à CR.

Atualmente a Coordenação Regional da 5ª Região possui 18 (dezoito) UC sob sua jurisdição, somando aproximadamente 5 (cinco) milhões de hectares localizadas nos estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Ceará, compreendidas nos biomas da Caatinga e Cerrado.

Adversidades

A Coordenação Regional conta atualmente com apenas 3 (três) servidores, incluindo a Coordenadora Regional e seu Substituto, adversidade comum e urgente na maioria de nossas UC.

Nas UC litorâneas, quais sejam: APA e RESEX Delta do Parnaíba, PARNA Jericoacoara e PARNA Lençóis Maranhenses, os maiores problemas são relacionados a especulação imobiliária, ilícitos ambientais e dificuldade de coibi-los adequadamente, bem como do ordenamento turístico e implementação dos instrumentos de gestão.

Nas UC do Cerrado (quais sejam: Piauí: PARNA Serra das Confusões, ESEC Uruçuí-Una, PARNA Nascentes do Rio Parnaíba, Tocantins: ESEC Serra Geral do Tocantins, Maranhão: PARNA Chapada das mesas) destacam-se grandes incêndios florestais e avanço do agronegócio da soja pressionando estas UC.

Nas demais UC vinculadas, sua maioria na Caatinga Brasileira (quais sejam: Piauí: PARNA Sete Cidades, PARNA Serra da Capivara e FLONA de Palmares, Ceará: APA Ibiapaba, PARNA e Ubajara, FLONA Sobral e APA da Serra da Meruoca e Maranhão: RESEX Chapada Limpa), a falta de servidores, os problemas estruturais e dificuldades logísticas somam-se e contribuem para pouca capacidade do órgão em coibir práticas criminosas e atuar junto à sociedade na promoção da natureza e do desenvolvimento sustentável,

Alia-se a falta de servidores que estas UC possuem quadros antigos e em idade de se aposentar e em sua maioria técnicos.

Riscos

Diante do contexto apresentado, os riscos são de perda de território protegido pelo avanço do agronegócio, desmotivação de servidores por falta de apoio e estrutura, consolidação de moradias ilegais e aumento da especulação imobiliária, perda da biodiversidade pouco conhecida destas regiões e afastamento da sociedade para o debate da necessidade de conservação da natureza e desenvolvimento sustentável.

Estratégia de enfrentamento

Litoral (Coordenação Regional – CR5; APA e RESEX Delta do Parnaíba, PARNA Jericoacoara e PARNA Lençóis Maranhenses):

- a) Ampliar o contrato de serviços;
- b) Elaborar os Planos de Manejo da APA e da Resex;
- c) Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população da Resex;
- d) Monitorar o uso dos recursos nas Unidades;
- e) Ampliar a equipe de servidores da CR5;
- f) Definir perfil de beneficiários e usuários da RESEX;
- g) Elaborar zoneamento da APA;
- h) Acompanhar processo de criação da RVS do Peixe Boi;
- i) Consolidar o modelo de gestão integrada na APA e na RESEX;
- j) Monitorar condicionantes dos licenciamentos autorizados, especialmente de resorts e fazendas eólicas.

Cerrado (PARNA Serra das Confusões, ESEC Uruçuí-Una, PARNA Nascentes do Rio Parnaíba, ESEC Serra Geral do Tocantins, PARNA Chapada das mesas):

- a) Revisar planos de manejos elaborados há mais de 10 anos;
- b) Acompanhar os processos hidrelétricos e minerais;
- c) Acompanhar processo de titulação de territórios quilombolas;
- d) Aumentar o número de brigadas de incêndio ;
- e) Melhorar estruturas e equipamentos das UC;
- f) Ampliar o quadro de servidores, com incentivos de interiorização;
- g) Monitorar o uso dos recursos nas UC.

Caatinga (PARNA Sete Cidades, PARNA Serra da Capivara e FLONA de Palmares, APA Ibiapaba, PARNA e Ubajara, FLONA Sobral e APA da Serra da Meruoca e RESEX Chapada Limpa):

- a) Incrementar quantitativo de servidores nas UC;
- b) Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população da RESEX;
- c) Revisar planos de manejos elaborados há mais de 10 anos;
- d) Capacitar servidores na articulação intra e inter institucional;
- e) Monitorar o uso dos recursos nas UC;
- f) Prover estruturas de apoio aos visitantes e estratégias de uso público aos PARNA;
- g) Articular convenio ou termo de parceria com governos dos estados do Ceará e Piauí.

Mudanças ocorridas

Parte dos processos fundiários instruídos e em fase final de decisão;

Mudança da sede da Coordenação Regional de Teresina retornando para Parnaíba;

Apoio as ações de fiscalização via PLANAF;

Estabelecimento de Ordem de Serviço para vistoria de autorização para licenciamentos e designação de servidores específicos ao processo.

Coordenação Regional em Cabedelo/PB – CR-06

Descrição geral

A Coordenação Regional 6 é uma instância de representação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio sediada na Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, no município de Cabedelo/PB, que apóia a gestão de 34 Unidades de Conservação, distribuídas em oito estados do Nordeste brasileiro (parte do Piauí, parte do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte da Bahia), que protegem importantes porções da Mata Atlântica, Caatinga e do ambiente Marinho-Costeiro.

A Missão da CR-06 é: Promover a integração do ICMBio com a sociedade e coordenar, com eficiência, a gestão das Unidades de Conservação federais em grande parte do Nordeste brasileiro.

As principais atribuições da CR-06 são: Apoiar a agenda socioambiental das Unidades de Conservação; Atuar como interlocutor entre as UCs e a sede do ICMBio; Representar o ICMBio junto aos órgãos governamentais e à sociedade na sua área de abrangência; Julgar em primeira instância autos de infração; Emitir pareceres e autorizações para licenciamento ambiental.

Adversidades

Dificuldade de lotação de pessoal em UC interiorizadas. Além disso, grande parte do efetivo hoje lotado nessas UC está próxima da aposentadoria (consistindo basicamente de mateiros e pessoal de nível médio).

Heterogeneidade na relação com órgãos estaduais de meio ambiente, devido a interpretações divergentes das normativas referentes ao processo licenciatório no entorno e interior de UC federais.

Incerteza sobre lotação da sede da CR-06, após interdição da sede por causa de incêndio. A atual lotação da CR-06 não oferece condições para realização de reuniões, recebimento de público externo, participação em vídeos-conferência institucionais.

Sobreposição com território pleiteado por populações indígenas em duas UC do Estado de Pernambuco (REBIO Serra Negra e PARNA Catimbau).

UC urbanas afetadas por violência urbana (notadamente FLONA Ibura/SE).

Riscos

Perda de patrimônio/documentos em UC sujeitas a violência urbana (problema agravado pela falta de vigilância patrimonial nessas UC e baixo efetivo de servidores lotado na mesma).

Perspectiva de esvaziamento das UC interiorizadas pela aposentadoria de parte do pessoal.

Perda de território relevante para a conservação para criação de território indígena.

Estratégia de enfrentamento

Busca pelo estreitamento na relação com os estados e outros entes sociais.
Fortalecimento da imagem institucional e valorização do papel das UC perante a sociedade.
Reforço do efetivo lotado nas UC vinculadas por meio de processos de remoção.

Mudanças ocorridas

Perda da sede em 2014.
Incremento no número de servidores lotados na CR-06 e nas suas UC vinculadas.

Coordenação Regional em Porto Seguro – CR-07**Descrição geral**

Abrange os Estados da Bahia e Espírito Santo, com toda a porção do Corredor Central da Mata Atlântica, além de UC costeiro-marinhas importantes (quatro RESEX Marinhas, além do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos), e a transição com o Cerrado e Caatinga (Parque Nacional da Chapada Diamantina).

Adversidades

Grande distância entre as UC; condição precária das rodovias na Bahia; poucas estruturas de atuação do Poder Público; poucos funcionários (técnicos ambientais e brigadistas); dificuldade de manutenção de veículos; conflitos ocupações sem-terra e indígenas; fogo criminoso; pesca predatória; falta de Regularização Fundiária nas UC.

Riscos

As UC na Mata Atlântica sofrem com a caça para fins de comercialização e com a extração ilegal de madeira, principalmente no sul da Bahia, e as UC marinhas sofrem com a instalação de empreendimentos potencialmente poluidores, além dos efeitos do desastre de Mariana. No Parque Nacional da Chapada Diamantina a principal ameaça é o fogo criminoso. Na RESEX Baía do Iguape a pesca com uso de explosivos e a instalação de grandes empreendimentos são o maior risco.

Estratégia de enfrentamento

Formação do Colegiado da CR-07, instituindo Câmaras Técnicas com as principais temáticas enfrentadas (Proteção; Uso Público; Regularização Fundiária, etc.), buscando um apoio mútuo entre as UC. Foco nas agendas positivas, como Uso Público, e resolução de conflitos, como Regularização Fundiária.

Mudanças ocorridas

Sem maiores mudanças nos últimos anos.

Coordenação Regional em Florianópolis/SC – CR-09**Descrição geral**

Abrange os três estados da região Sul do Brasil e porção sudeste do estado do Mato Grosso do Sul. Estão compreendidas 42 Unidades de Conservação federais neste território além de 110 RPPN. A sede da Coordenação Regional situa-se no Município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Existem duas Unidades de Conservação sem chefe, porém com um Analista Ambiental lotado em cada uma delas. Existe uma ARIE criada por Recomendação do CONAMA, ARIE Pontal dos Latinos e Pontal de Santiago, sem gestão por equipe específica, porém sob monitoramento e vigilância da ESEC do Taim. A CR conta com 11 servidores em exercício além de 157 servidores atuando nestas 42 UC.

Adversidades

Sede atual da CR-09 situa-se em local totalmente impróprio, distante das saídas da capital, aeroporto ou ponte que liga a Ilha de Santa Catarina ao continente e distante do centro da cidade onde se situam os demais órgãos.

A CR não possui assessoria de comunicação e não possui servidor que possa desempenhar função de motorista.

O quantitativo de servidores nas UC capacitados em análise de estudos para licenciamento ambiental é muito reduzido. O número de UC é muito amplo considerando que muitas situações que ocorrem nestas áreas demanda presença física do Coordenador Regional.

O recurso para fiscalização é muito escasso. O quantitativo de Autos de Infração para serem julgados pela CR-09 é muito intenso, assim como o quantitativo de processos judiciais. É a CR com maior número de pareceres jurídicos todos os anos.

A gestão das FLONA é incipiente pelo fato do início da alienação de florestas plantadas ser muito moroso. Há muitos casos em que grupos indígenas almejam ocupar áreas no interior de UC, logrando êxito em alguns casos.

Riscos

A caça esportiva e cultural é uma grande ameaça à biodiversidade das UC. As espécies invasoras também representam o mesmo risco. As invasões de ambientes costeiros protegidos são uma constante, fazem parte da cultura de crescimento dos bairros e de um costume do poder político local de não atentar para o disposto na legislação federal sobre essas áreas. Estas situações requerem uma ação de proteção muito complexa e de difícil execução, considerando-se que ao final, a conclusão de nossas ações requer demolições de edificações irregulares. A atual constância de licenciamentos de inúmeras PCH no mesmo corpo hídrico pode modificar significativamente a situação original da ictiofauna na região.

Estratégia de enfrentamento

Apoio de ONG ambientalistas na realização de eventos para construção junto a servidores de estratégias mais avançadas para fiscalização. Organização de ações junto ao ICMBio sede e outros órgãos para compreender a natureza do impacto das espécies invasoras e construir ações de manejo ambiental. Organização junto ao MPF de estratégias jurídicas para combater as invasões costeiras de forma que a defesa dos infratores tenha menor possibilidade de postergar a conclusão da ação de fiscalização, que é a demolição das edificações e a integral recuperação das áreas naturais. Acerca das PCH é preciso elaborar um mapeamento e levar o tema a instâncias superiores, a despeito das reuniões constantes com os órgãos licenciadores e com Eletrosul. Ampliação do colegiado de Julgamento de Autos de Infração da CR-09 com participação de servidores das UC. Priorização das ações de fiscalização e valorização das ações conjuntas entre UC. Trabalho no campo jurídico para que não seja cobrado impostos estaduais nas alienações de florestas plantadas e trabalho para elaboração dos Planos de Manejo das FLONA que ainda não os possuem. Solicitação de interdito proibitório no caso de áreas almeçadas por indígenas e subsídio às instâncias superiores nas negociações junto à FUNAI.

Mudanças ocorridas

Houve aumento da importância da CR-09 para as UC, tanto na visão das UC como na visão da própria CR. Houve aumento da contribuição com a gestão de UC de destaque como os Parques Nacionais de Iguaçu, Aparados da Serra e São Joaquim, e com a gestão de UC isoladas como APA Ibirapuitã e APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.

O procedimento de análise para licenciamento está melhor compreendido pelas UC e mais padronizado. O Julgamento de Autos de Infração está cada vez mais preciso, no sentido do fortalecimento dos autos de infração que passam pelo crivo da justiça, e quase não há acúmulos de passivos de Autos a serem julgados.

Coordenação Regional em Lagoa Santa/MG – CR-11

Descrição geral

Abrangendo os Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia e o Distrito Federal, a CR11 é sediada em Lagoa Santa/MG, próxima ao aeroporto internacional de Confins e a Cidade Administrativa de MG. Dentro dos limites da CR-11 encontram-se 29 Unidades de Conservação, em sua maioria pertencentes ao bioma Cerrado. A 11ª região é marcada também por uma grande variação no tamanho, objetivos e origem das UC, abarcando desde Parques famosos e muito visitados como os de Brasília, Serra da Canastra, Chapada dos Veadeiros e Cipó até algumas das antigas Estações Florestais Experimentais, de pequeno porte, voltadas para experimentos de produção e que foram recategorizadas como Florestas Nacionais após a criação do sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

Adversidades

1-A CR11 inclui em seus limites jurisdicionais o Distrito Federal, onde se localiza a sede do ICMBio. Neste contexto, é comum que usuários, autoridades e até servidores procurem diretamente a sede para tratar de assuntos de competência da CR, gerando sobrecarga na sede.

2-Por se tratar de uma instituição que tem entre suas atribuições fazer a gestão das Unidades de Conservação federais em todo o território nacional, o ICMBio e conseqüentemente suas unidades descentralizadas enfrentam sérias dificuldades em readequar seus gastos em momentos de corte orçamentários. Importante lembrar que quando se cuida de um território, como é o caso, existe um limite possível para o encolhimento das ações institucionais sem causar ou permitir o abandono das áreas que são patrimônio do país e em muitos casos patrimônio da humanidade.

Riscos

1-Tendo em sua área de atuação algumas das Unidades de Conservação com maior ocorrência de incêndios florestais do Brasil, anualmente muito esforço é direcionado no enfrentamento da questão. No entanto, contando com recursos insuficientes e lidando com o agravamento da situação causado pela imprevisibilidade climática atual, o tema representa um dos principais riscos enfrentados na região.

2- Algumas Unidades de Conservação criadas na década de 70 e 80 ainda com passivo de regularização fundiária, como o Parque Nacional da Serra da Canastra, geram muita turbulência na gestão, levando a constantes judicializações e a prejuízos sérios à conservação de áreas muito significativas.

Estratégia de enfrentamento

1-Fomentar a integração da gestão das Unidades de Conservação do Distrito Federal, gerando um ambiente politicamente favorável a uma melhoria na representação institucional a ser feita pelos chefes daquelas UC. Além de manter uma representação da CR-11 junto ao gabinete do ICMBio para tratar de assuntos correlatos junto ao GDF e outras instituições.

2-Aprimoramento de parcerias interinstitucionais, especialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais através da Força Tarefa PREVINCENDIO. As parcerias permitiram em 2015 o apoio mútuo nos casos de incêndio florestais no Estado de MG, inclusive no que tange ao apoio aéreo para o combate de incêndios.

3-O Parque Nacional da Serra da Canastra foi escolhido como prioritário para receber recursos e esforços para a regularização fundiária de suas terras e também para a prevenção e combate a incêndios florestais.

4-Em 2015 a Coordenação Regional atuou fortemente junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais – COPAM, mais especificamente na Câmara Técnica de biodiversidade e áreas protegidas, instância responsável por definir a aplicação das compensações ambientais estaduais de MG. Tal participação viabilizou um aumento significativo nas destinações de compensação estadual para as UC federais em MG.

Mudanças ocorridas

1-As Unidades de Conservação do Distrito Federal trabalharam em 2015 mais alinhadas entre si e estão construindo para o biênio 2016 - 2017 a integração de processos importantes como proteção, o que deve gerar maior eficiência ao processo.

2-O combate a incêndios florestais nas Unidades de Conservação de Minas Gerais se tornou mais eficiente e possibilitou que os recursos federais, principalmente no que tange ao apoio aéreo, pudesse ser redirecionado para outras regiões.